



Entrevista: Carlos Alberto Sardenberg

paraná cooperativo

Ano 4
Número 41
Maio - 2008



AV. Cândido de Abreu, 501 - 80530-000 - Curitiba - PR - www.ocepar.org.br



UM NOVO RUMO

Renegociação traz alento ao campo, mas desafios persistem



**O daruma é um símbolo de perseverança e determinação.
Nada melhor para lembrar os 100 anos da imigração japonesa.**

Há 100 anos os japoneses chegaram ao Brasil trazendo sua cultura milenar, sua determinação e a crença no trabalho conjunto. Para o SICREDI, que surgiu a partir desse mesmo espírito de cooperação, é uma alegria parabenizar quem sabe que, juntos, alcançamos qualquer sonho.

www.sicredi.com.br



Agricultura: renegociação e garantia de renda



João Paulo Koslovski
Presidente do
Sistema OCEPAR

As mais de 550 emendas apresentadas à MP 432 indicam quanto estamos longe de resolver todas as pendências financeiras da agricultura. Mas, se considerarmos que incluímos nas renegociações significativo percentual do total do passivo do setor – embora não no prazo adequado –, concluímos que chegamos a um resultado razoável. Um resultado que poderia ter sido pior e melhor.

Pior se não tivesse havido o empenho desmedido dos parlamentares que integram a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), a competente defesa do ministro Reinhold Stephanes e o apoio das instituições ligadas ao setor, como OCB e CNA, além da mobilização nos estados. E poderia ter sido melhor se tivesse havido uma maior mobilização de setores que atuam na área de insumos e, principalmente, se houvesse uma maior sensibilidade de alguns segmentos governamentais acerca das dificuldades que o agronegócio enfrentou nos últimos anos. De uma forma ou de outra, renegociamos parte considerável das dívidas reconhecidas pelo governo, de R\$ 87 bilhões. Não obtivemos o alongamento adequado do prazo para grande parte das pendências, o que vai repercutir na capacidade de pagamento, inclusive inviabilizar o cumprimento do novo contrato em situações de perdas.

Neste momento em que comemoramos uma suada e importante conquista, embora vista com reservas por muitos, é importante fazermos um balanço do comportamento do endividamento do agronegócio nos últimos anos.

Em 1995, quando se fez a primeira renegociação, as dívidas do setor se situavam em torno de R\$ 12 a R\$ 14 bilhões. E em 2001, a dívida já havia subido para R\$ 33 bilhões. Agora ultrapassam os R\$ 87 bilhões, provavelmente muito mais, o que indica um crescimento desproporcional entre endividamento e

produção.

A agricultura precisa de um programa de garantia de renda, equivalente ao implantado pelos países mais desenvolvidos do mundo. Um programa que tenha, embutida, uma política de financiamento a custos adequados à renda do setor e seguro para a produção e não para o crédito, como ocorre hoje. Uma política de preços remuneradores, única forma de evitar que, brevemente, tenhamos que nos dedicar, por mais de um ano, à exaustiva tarefa da renegociação.

Felizmente há, no governo federal, interlocutores que estão compreendendo melhor os mecanismos da produção agrícola, as oscilações do mercado, o protecionismo externo e a interferência incontrolável dos fatores climáticos na produção. Interlocutores que são capazes de compreender a necessidade de estender sobre o setor um guarda-chuva que proporcione a segurança frente a todas as adversidades da profissão.

Certamente, a abrupta falta de alimentos em todo o mundo e a conseqüente elevação dos preços vêm contribuindo para esse entendimento. Mas é preciso transformar a compreensão em medidas concretas não apenas através da implantação de um programa de garantia de renda, mas também modernizando a infra-estrutura de apoio (ferrovias, rodovias, hidrovias e portos), a fiscalização, a assistência técnica e os programas de pesquisa.

É preciso ter em mente que a agropecuária brasileira é um imenso complexo equivalente a milhares de pequenas indústrias, essenciais para a alimentação da população e para a geração de excedentes exportáveis. Excedentes responsáveis por sucessivos superávits comerciais nos últimos anos. Em 2007, por exemplo, o saldo da balança comercial brasileira dos demais setores, excluindo o agronegócio, foi negativa em US\$ 9,680 bilhões. Mas, graças ao grande superávit do agronegócio, o saldo da balança foi positivo: US\$ 40,021 bilhões.

Alívio no campo, mas os desafios persistem

A edição da revista Paraná Cooperativo de julho de 2007 trazia, como matéria de capa, reportagem sobre a mobilização do setor cooperativista e as esperanças de “um novo horizonte” na condução das negociações entre os representantes dos produtores e o governo federal. Naquele momento, um grupo de trabalho intensificava discussões sobre a dívida agrícola e reivindicava a elaboração de uma política de renda consistente para o campo. Quase um ano depois, o governo anunciou a Medida Provisória 432, abrindo a possibilidade de renegociação para cerca de 80% dos contratos, o que equivale a R\$ 75 bilhões.

Resultado de dezenas de reuniões, nas quais o cooperativismo se fez presente trazendo estudos técnicos e indicando caminhos e soluções, a MP dá um fôlego a mais para os produtores, trouxe avanços, diminuiu taxas de juros e alongou prazos, mas ainda é considerada insuficiente. Na próxima safra, com os preços recordes dos fertilizantes e dos combustíveis, as dificuldades serão maiores. Os agricultores precisarão de mais dinheiro para custear seu empreendimento. Os riscos aumentam e a dívida também. As incertezas quanto ao futuro se ampliam na mesma proporção que os custos de produção. E justamente num momento em que o cenário econômico é favorável às commodities agrícolas. Quando poderiam sonhar com expansão e rentabilidade, os produtores permanecem vinculados a uma realidade de desequilíbrio. A única saída para amenizar em definitivo os problemas do campo é a implantação de uma política de garantia de renda.

Com a MP 432, o governo caminhou nessa direção ao criar o Fundo de Catástrofe, para incentivar o seguro agrícola, ainda pouco utilizado no país. É um primeiro passo, mas as medidas estruturantes reivindicadas pelo setor cooperativista seguem em discussão. Os avanços, o que faltou, as opiniões de agricultores, dirigentes e políticos, numa cobertura ampla sobre o alcance das medidas - é a reportagem especial dessa edição da revista Paraná Cooperativo.

O leitor poderá acompanhar também matérias sobre o Fórum dos Presidentes e as discussões em torno da intercooperação; os expressivos dados sobre as exportações das cooperativas do Paraná e uma entrevista exclusiva com o jornalista Carlos Alberto Sardenberg, que esteve na sede da Ocepar para proferir palestra na qual analisou as perspectivas da economia brasileira.

Boa Leitura!

6



Entrevista: o jornalista Carlos Alberto Sardenberg faz uma aprofundada análise da economia brasileira e os gargalos que impedem o desenvolvimento sustentável do país



10

Depois de intensas discussões, o governo anunciou a MP 432, abrindo possibilidade para a renegociação das dívidas agrícolas



22

Intercooperação é tema de painel durante o Fórum dos Presidentes, que reuniu dezenas de dirigentes na Ocepar

28 Ajap e Embrapa, com apoio da Ocepar, realizam seminários de comunicação e agronegócio

DIRETORIA DA OCEPAR

Presidente

João Paulo Koslovski

Diretores

Áureo Zamprônio
Frans Borg
Valter Pitol
José Otaviano de Oliveira Ribeiro
Paulino Capelin Fachin
Orestes Barrozo Medeiros Pullin
Manfred Alfonso Dasenbrock
Edvino Schadeck
Dilvo Grolli
Valter Vanzella
Renato José Beleze
Luiz Lourenço
José Aroldo Gallassini
Jorge Karl

Conselho Fiscal

Miguel Rubens Tranin
Ricardo Silvio Chapla
Gaspar de Geus

Suplentes

Antônio Sérgio de Oliveira
Antônio Henrique Cariani
Valdir Luiz Ferst

Superintendente

José Roberto Ricken

Superintendente Adjunto:

Nelson Costa

DIRETORIA DO SESCOOP-PR

Presidente

João Paulo Koslovski

Conselho Administrativo

Valter Pitol
Luiz Lourenço
Guntolf van Kaick
Josiany de Fátima Rolo

Suplentes

Frans Borg
Jorge Karl
Célia Hoffmann
Ramon Belisário

Conselho Fiscal

Luiz Humberto de Souza Daniel
Gabriel Nadal
Eurico Woitowicz

Suplentes

Almir Montecelli
Francisco Augusto Sella
Carmem Teresa Zagheti Reis

Superintendente

José Roberto Ricken

EXPEDIENTE

Revista Paraná Cooperativo:

Assessoria de Imprensa do Sistema Ocepar/Sescoop-PR.
Editor Responsável: Samuel Zanello Milléo Filho (DRT/PR 3041) **Editor Assistente:** Ricardo Rossi **Redação:** Eloy Setti e Marli Vieira **Apoio:** Cleide de Paula. **Fotos:** Imprensa Ocepar. **Conselho Editorial:** João Paulo Koslovski, José Roberto Ricken, Nelson Costa, Flávio Turra, Gerson Lauermann, Leonardo Boesche, Samuel Zanello Milléo Filho, Eloy Setti **Diagramação, fotolito e impressão:** Editora Paranaense. **Redação:** Av. Cândido de Abreu, 501, CEP 80530-000, Centro Cívico, Curitiba - Paraná. **Telefone:** (41) 3200-1100 / (41) 3200-1109. **Endereço Eletrônico:** imprensa@ocepar.org.br **Página na Internet:** www.ocepar.org.br **Foto capa:** Assessoria Coamo. **As matérias desta publicação podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.**

24



Confepar inaugura indústria em Pato Branco, com investimentos estimados em mais de R\$ 70 milhões



26

Cooperativas do Paraná reassumem liderança no ranking das exportações e vendas externas superam US\$ 366 milhões

36



Sescoop-PR, em parceria com a Integrada, realiza em Londrina o Encontro de Lideranças Cooperativistas

34 Unimed realiza o 16º Suespar e reúne mais de 600 pessoas em Foz do Iguaçu e repete sucesso de outras edições

40 Cocamar recebe prêmio internacional por inovação na área de tecnologia de informação

Carlos Alberto Sardenberg

Jornalista, comentarista econômico da TV Globo, Globonews e Rádio CBN

O Brasil tem condições de segurar a inflação

Em economias com estabilidade macroeconômica a solução para a crise é mais fácil. Temos uma inflação crescente, mas estamos discutindo se o índice vai ser de 4% ou de 5%. É uma discussão de país estável”, diz Carlos Alberto Sardenberg, enquanto toma um apressado café da manhã num hotel no centro de Curitiba. Mas a pressa não prejudica sua percepção aguçada e crítica da situação do país. De forma clara e coloquial, da mesma maneira que faz em seus comentários diários na Rádio CBN e no Jornal da Globo, Sardenberg afirma não acreditar numa escalada inflacionária, porque o “Brasil alcançou a maturidade macroeconômica e começou a andar.”

Para o jornalista, a solução para a crise dos alimentos é aumentar a produção, ampliar mercados e diminuir barreiras comerciais. Mesmo com o alarde da mídia e de muitos analistas econômicos, ele lembra que a crise da década de 70 “foi muito pior”, e que hoje o mundo tem mais capacidade de reação. “Mas o protecionismo e as restrições às exportações desestimulam a produção. É preciso dizer ao produtor que ele tem mercado, que pode vender e exportar para onde quiser, porque então a produção cresce e as coisas se ajustam”, indica. Apesar dos avanços econômicos, Sardenberg alerta para os desafios que o Brasil ainda precisa superar para ter desenvolvimento sustentável e distribuição de renda. “Carga de impostos elevada e um sistema tributário ruim, infra-estrutura (problemas em portos, aeroportos, estradas), e a educação de baixa qualidade são os principais gargalos do país”, explica. Segundo ele, pacotes e ações pontuais ou emergenciais não resolvem. E cita o exemplo dos problemas educacionais. “No mundo da tecnologia da informação, do computador, internet, a baixa escolaridade e a educação defasada causam um problema enorme. Falta mão-de-obra qualificada”. E mesmo assim, os governos se sucedem e ocorrem poucas mudanças? “Porque é uma ação de longo prazo, de 30 anos, na qual os resultados demoram a aparecer. Os governos agem em busca de resultados imediatos”, afirma.

Além dos comentários na Rádio CBN e no Jornal da Globo, Sardenberg também é âncora de um programa de economia da Globonews e escreve uma coluna semanal para os jornais O Globo e O Estado de S.Paulo. Aos 61 anos de idade e 37 de carreira, paulista de Botucatu, o jornalista já atuou como repórter e editor nos jornais Folha de S.Paulo e Jornal do Brasil e nas revistas Veja e Isto É. A entrevista exclusiva para a revista Paraná Cooperativo se encerra. Sardenberg bebe um último gole de café e segue rápido para mais um compromisso: uma palestra que fará sobre a economia brasileira.

Fotos: Assessoria Ocepar



Paraná Cooperativo – Mesmo com os problemas na economia mundial, o Brasil vive um momento de estabilidade. Qual a sua avaliação sobre a atual situação econômica do país?

Sardenberg – O Brasil passa por momento muito bom, beneficiado por dois fatores principais. Primeiro, a economia mundial que teve um crescimento expressivo de 2003 para cá, e com uma circunstância especial favorável ao Brasil, pois aumentou muito a demanda por produtos em setores nos quais o país atua com competência: alimentos, metais, enfim, uma série de produtos que passaram a ter demanda crescente no mundo desenvolvido e sobretudo nos países emergentes, principalmente na China. As exportações brasileiras aumentaram muito, isso puxou o crescimento econômico, gerou renda interna, trouxe dólares para o país e houve um impulso extraordinário. Isso combinado com a maturação das reformas no Brasil. Entendo por reformas o controle das contas públicas, da inflação, regime de metas, Banco Central independente, superávit primário, pagamento de juros, toda uma série de providências, de medidas que foram feitas ao longo dos anos e que levaram ao controle inflacionário e das contas públicas e também ao equilíbrio das contas externas.

O Brasil alcançou a estabilidade econômica e a maturidade macroeconômica. E com a estabilidade e o impulso da economia mundial, gerou-se exportação, renda interna e o país começou a andar. Sem a inflação, voltou o crédito. Esse é o resumo dos últimos anos. A situação hoje é de crise mundial, recessão nos EUA, inflação na China e em vários países emergentes. Há um novo quadro, com uma série de dificuldades, mas dentro de uma base de estabilidade, portanto, é mais fácil de lidar com a crise agora.

Paraná Cooperativo – O que muda para o país ter sido classificado como grau de investimento?

Sardenberg – O grau de investimento é o resultado de mudanças que vêm sendo realizadas ao longo de muitos anos, mas especialmente desde 1994, com a introdução do Real. Então é um reconhecimento. O Brasil conseguiu até tardiamente, em comparação com os principais países

emergentes, pois a maioria já obteve a classificação. O que significa que o Brasil sempre chega atrasado nas suas reformas. Mas chegou lá, e o que muda? Muda que o país passa a ter mais investimento, que não são apenas financeiros, mas também investimentos na economia real. Empresas que atuam em bolsas e grandes fundos estrangeiros de investimentos compram ações de empresas brasileiras e com isso as capitalizam.

Paraná Cooperativo – Qual a sua opinião sobre a volta da inflação e as consequências da crise mundial?

Sardenberg – Temos uma inflação crescente, mas estamos discutindo se o índice vai ser de 4% ou de 5%. É uma discussão de país estável. Não é como a Argentina, por exemplo, que discute se a inflação será de 25% ou 30%. Há uma crise internacional, mas o Brasil tem US\$ 200 bilhões em reservas e as exportações seguem elevadas. Em economias com estabilidade macroeconômica a solução para a crise é mais fácil. É o caso do Brasil e isso faz toda a diferença.

Paraná Cooperativo – Os alimentos, ao mesmo tempo em que são os “Heróis da Pátria” na questão da balança comercial, agora estão sendo apontados como vilões do aumento da inflação. Quais são as saídas para superar a pressão inflacionária?

Sardenberg – O fato é que há uma inflação de alimentos porque houve uma combinação de fatores, quebra de safra, problemas de atitudes defensivas de alguns países, como por exemplo, aqueles países que proibiram as exportações, como a Argentina. Ocorreram uma série de problemas pontuais, e também um brutal aumento do consumo, em razão mesmo do crescimento da economia mundial. A economia cresce, os países enriquecem, aumenta o poder aquisitivo das populações, elas consomem mais, desde automóveis até arroz. No ano passado o mundo chegou a 1 bilhão de automóveis. Além disso, tem geladeira, fogão, feijão, carne. Como a produção agrícola não é assim tão fácil de aumentar, quanto à produção de automóveis, acontecem defasagens. Quando se tem uma relação muito estreita entre produção e consumo, qualquer problema gera um efeito muito grande. Como no caso do petróleo,

qualquer “probleminha” desencadeia especulação. A saída é aumentar a produção e o comércio. Mas atitudes protecionistas restringem a produção.

Paraná Cooperativo – Qual o paralelo que o senhor faz da atual crise dos alimentos com a que ocorreu nos anos 70?

Sardenberg – Nos anos 70 a humanidade passou por uma crise de alimento e de energia nos dois sentidos, foi muito pior do que a de hoje, porque os preços subiram muito. Desconsiderando a inflação e a desvalorização do dólar se verifica que os preços de alimentos eram maiores do que são atualmente. Também o preço do petróleo era maior em termos reais do que é hoje. O impacto na economia mundial era bem maior, por dois motivos. Primeiro porque em 1970, a capacidade de produção de energia alternativa ao petróleo era muito pequena, era quase inexistente, além disso, a capacidade tecnológica de uso do petróleo também era baixa. Hoje, os automóveis andam mais com menos energia, as máquinas produzem mais com menos óleo diesel, então há mais eficiência energética. Temos mais fontes de produção de energia. Basta ver o Brasil, onde o consumo de álcool representa metade do consumo de gasolina. A capacidade da economia mundial de reagir ao preço alto do petróleo é muito maior do que era nos anos 70. No caso dos alimentos, a tecnologia atual é muito superior e a capacidade de produzir também. Além disso, o mercado mundial é muito maior, na medida em que você teve a entrada dos antigos países socialistas no comércio mundial, a globalização e a consolidação de países como a China, que nos anos 70 mal estava iniciando suas reformas. É verdade que por um lado isso aumenta o consumo mundial de alimentos, mas por outro lado, amplia os mercados e, portanto, os estímulos à produção. O mundo cresceu nas duas pontas. Temos mais consumidores e mais países produtores. A crise de hoje é, digamos, mais amena do que a de 70, por causa da capacidade do mundo de reagir melhor a esse tipo de situação.

Paraná Cooperativo – Recentemente, o governo sinalizou que poderia sobretaxar as exportações de arroz, depois até do milho, mas voltou atrás. Um tempo atrás, o senhor disse que existia no país uma cultura contra exportações. Como avalia as

distorções do mercado internacional?

Sardenberg – Restringir as exportações é uma atitude errada, equivocada. O que o país precisa é de mais comércio para deixar claro ao produtor que ele tem mais mercado e não menos. E quanto mais mercado ele tiver, mais produção vai haver. Isso é batata! Veja o caso do produtor argentino de carnes que se esforçou, produziu, ganhou mercado no mundo inteiro e, de repente, não pode mais exportar. Ele perde rentabilidade e oportunidade, e evidentemente vai produzir menos ou acaba saindo do negócio.

Toda vez que se restringe o mercado você automaticamente restringe o estímulo à produção. Aparentemente, no primeiro momento é uma política boa. Reduz a exportação de arroz para garantir o abastecimento interno, mas por consequência a produção vai cair. E vai diminuir e faltar arroz para todo mundo. Ao contrário, o que é preciso é garantir mais mercado. Dizer para o produtor que ele tem mercado, que ele pode exportar e vender para onde quiser, porque então a produção cresce e as coisas se ajustam.

Paraná Cooperativo – Para o setor industrial, o governo anunciou uma série de medidas para estimular a produção e incentivar e ampliar as exportações. Como avalia as medidas do pacote para a indústria?

Sardenberg – A gente já tem muita experiência com pacotes e eles não funcionam. Quando se fala em redução de juros e impostos é algo bom e positivo, claro. O governo chega para determinado setor e diz: “você vai ter redução de impostos”. Mas acaba sendo um quebra-galho, um arranjo, porque a carga tributária continua muito elevada. O que o governo vai devolver em tributos é uma mixaria em relação à quantidade de impostos que arrecada. Serão R\$ 21 bilhões de renúncia fiscal em quatro anos, cerca de R\$ 5 bilhões ao ano, ou 0,2% do PIB (Produto Interno Bruto). É nada para um país que tem uma carga tributária equivalente a 38% do PIB. E o pior é que a tributação é crescente. Então o governo escolhe alguns setores e os benefi-

cia, mas não é uma política horizontal, uma redução geral de impostos para todos os cidadãos e empresas. Essa seria a medida para fazer a diferença no Brasil e não apenas beneficiar alguns setores e atividades. E tem outro aspecto, que é a burocracia mesmo para as empresas incluídas pelo pacote. Um exemplo é a redução no pagamento da contribuição sobre a folha de salário, que só vale para os funcionários que atuam di-

exigências burocráticas.

Paraná Cooperativo – Quais os principais gargalos que impedem o desenvolvimento do Brasil?

Sardenberg – A carga de impostos é muito elevada e o sistema tributário é ruim. Milhares de normas, regras, leis, fisco estadual, fisco municipal, fisco federal, quer dizer, a empresa perde um tempo enorme, energia e dinheiro. O segundo gargalo é a infra-estrutura. O Brasil cresce um pouco, 5% ou 6% e ficam visíveis os problemas em portos, aeroportos, estradas, congestionamento na cidade e dificuldades de toda espécie nesse setor. O terceiro é a educação. A população brasileira tem um nível educacional baixo. No mundo da tecnologia da informação, do computador, internet, a baixa escolaridade e a educação ruim causam um problema enorme. Outro dia fizemos no Jornal da Globo uma reportagem mostrando uma região no Rio de Janeiro onde a Petrobras está construindo um sistema para exploração de petróleo. No município onde fica a base de operações da petrolífera, os jovens não conseguem emprego e, por sua vez, a Petrobras não consegue preencher as vagas de trabalho disponíveis. Falta mão-de-obra qualificada.

Paraná Cooperativo – As deficiências do sistema educacional do país há muito são conhecidas. Mas, os governos se sucedem e o problema nunca é enfrentando de forma eficaz. Não seria o caso de um programa de choque na educação, como fizeram países como a Coreia do Sul, por exemplo?

Sardenberg – Eu concordo que deveria ocorrer uma revolução na educação. Mas por que nada acontece? Primeiro, porque é uma ação de longo prazo, de 30 anos, na qual os resultados demoram a aparecer. Os governos agem em busca de resultados imediatos. Há elevados investimentos em programas voltados a jovens de 17, 18 anos, que precisam passar por aprimoramentos, mas não deveriam ser a prioridade. A prioridade precisa



“

Impor barreiras às exportações é um erro. Toda vez que se restringe o mercado, automaticamente também se restringe o estímulo à produção”

”

retamente com exportação. Como e o que a Receita Federal vai exigir para separar na empresa o funcionário que atua somente com vendas externas daquele que atua em outro departamento? Vai ser uma baita burocracia. É possível que não se atinja os R\$ 21 bilhões planejados em redução, porque as empresas não vão conseguir cumprir as

ser a educação básica, desde a pré-escola, para as crianças. Eu li um estudo muito interessante sobre programas de combate ao analfabetismo. Os educadores perceberam que muitas vezes a pessoa aprende a ler e esquece em seis ou sete meses, por ter uma estrutura de vida muito atrasada. Por isso é preciso investir em quem está começando na escola, nas crianças.

A segunda questão é a existência de uma miopia de teoria da educação no Brasil. Inventaram sistemas pedagógicos que são uma porcaria, que não ensinam nada. Tem poucas horas de aulas. Poucos dias de aulas. Por que não tem aula sábado? Qual é o problema em ampliar o turno escolar? Muitas escolas não dão sequer lição de casa. São coisas simples, mas que fazem uma enorme diferença, basta conhecer os exemplos de países bem-sucedidos na educação. Vai lá na Coreia para ver, a criançada entra na escola às 7 da manhã e sai às 17 horas.

Paraná Cooperativo – É possível a um país crescer sem concentração de renda, se não ocorrerem melhorias no sistema educacional?

Sardenberg – De forma alguma. E é um problema de visões ideológicas erradas. São equívocos que vão se acumulando com o tempo. O Brasil é provavelmente um dos únicos países do mundo em que o setor público gasta mais dinheiro em universidade do que no ensino básico. O Governo Federal deve investir dinheiro no ensino básico e fundamental. A universidade é outro problema, sobretudo num país com carência de recursos como o nosso. Na China, a universidade é paga. É pública, do governo, mas é paga. Não tem nada de graça. O Brasil gasta um caminhão de dinheiro com as universidades federais e estaduais, e o dinheiro é desperdiçado. É possível medir pela relação professor/aluno, funcionário/aluno, número de alunos que entra e número de alunos que se forma, os índices são baixos em todos os pontos. Os governos deveriam se preocupar maciçamente com o ensino fundamental. O problema na educação não ocorre por acaso, não é como disse um professor da Bahia,

que afirmou que os alunos são burros, não é isso. A situação atual é resultado de uma sucessão de equívocos políticos e de gestão.

Paraná Cooperativo – Na década de 90 houve a abertura comercial, a globalização, que foi muito criticada, mas que abriu novos horizontes para a economia do país.

Sardenberg – A abertura comercial é boa,



“

O cooperativismo é eficiente no Paraná e experiências bem-sucedidas precisam ser respeitadas e efetivadas

”

ponto final. Mercado aberto, exportação, importação, é bom. Países que hoje estão bem são aqueles que têm um grande volume de comércio externo. É evidente que a abertura funcionou, mesmo que tenha sido feita de forma atabalhoada. O Brasil precisa de mais abertura e não de menos, precisa de mais comércio externo.

Paraná Cooperativo – Nesse sentido, alguns analistas dizem que o Brasil tem um processo hesitante de globalização, em função das inúmeras restrições burocráticas e de legislação. É o que ocorre, por exemplo, no setor aéreo e na navegação de cabotagem, onde há restrição à participação de empresas estrangeiras. Como avalia essas regras e impedimentos mantidos para, teoricamente, defender o capital nacional?

Sardenberg – No Brasil existem restrições que supostamente beneficiam o país, mas na verdade beneficiam meia dúzia de empresas, que passam a ter um mercado protegido, um mercado garantido. O trágico é que na história do Brasil há vários exemplos de que isso não funciona. Tivemos durante anos a reserva de mercado para a informática, que favoreceu duas ou três empresas, deu dinheiro para alguns empresários espertalhões e deixou o país num atraso monumental e à mercê do contrabando. Esse foi o resultado da reserva de mercado para a informática. E em todos os setores é a mesma coisa. Mercado controlado é sinônimo de pouco crescimento e serviço de má qualidade.

Paraná Cooperativo – O senhor viajou pelo Paraná fazendo palestras em diversas regiões e conheceu a realidade econômica do estado, no qual o cooperativismo tem sido uma alternativa importante de geração de renda e trabalho. Qual a sua opinião sobre o sistema cooperativista?

Sardenberg – O sistema cooperativista é eficiente no Paraná. Não sou especialista, mas o que eu diria é o seguinte: as experiências bem-sucedidas têm que ser respeitadas e efetivadas. O Brasil é um país muito grande e diversificado. Cada região tem o seu modo de se ajustar e procurar crescimento econômico. O importante é que o governo não atrapalhe. O governo, com as leis e regulamentos não pode atrapalhar o desenvolvimento e os modelos de crescimento que vão aparecendo pelo país, como inclusive o cooperativismo do Paraná. ■

Um novo fôlego para a agricultura

Depois de intensas discussões, o governo anunciou a MP 432, abrindo possibilidades de renegociação das dívidas agrícolas

A Medida Provisória 432 trouxe a possibilidade de renegociação para cerca de 85% dos contratos de crédito agrícola do país, o que equivale a R\$ 75 bilhões, abrangendo mais de 2,8 milhões de contratos – 110 mil no Paraná. Anunciada pelo governo em 27 de maio, a MP atendeu em parte às reivindicações dos produtores brasileiros. Pontos importantes ficaram de fora, mas houve avanços que podem amenizar a difícil situação por que passam centenas de milhares de agricultores. Nos últimos cinco anos, estiagens, desvalorização cambial e quedas de preços causaram grandes prejuízos aos produtores, muitos deles ainda com dívidas a pagar de financiamentos antigos. O montante total da dívida no campo saltou de R\$ 33 bilhões em 2001, para os atuais R\$ 87 bilhões. “Num momento em que os preços se recuperaram e a necessidade por

alimentos no mundo abre perspectivas para o aumento da produção, os agricultores seguem presos a dívidas contraídas a juros altos que colocam em risco a própria viabilidade da atividade agropecuária. Algo precisava ser feito. Foi positivo, porém precisamos avançar mais”, afirma o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski.

O acordo que culminou com a MP 432 não foi tarefa simples. Foram necessários mais de um ano de negociações e debates, com uma ação firme e mobilizada das organizações de representação do setor produtivo. As constantes pressões resultaram na criação do Grupo de Trabalho, que reuniu parlamentares da Comissão de Agricultura da Câmara, da Frencoop (Frente Parlamentar do Cooperativismo) e da Frente Parlamentar da Agricultura, representantes da OCB (Organização das Cooperativas Brasilei-

ras) e CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), e técnicos e diretores dos ministérios da Agricultura (Mapa), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Fazenda. Dezenas de reuniões foram realizadas buscando sensibilizar o governo sobre a gravidade do problema do endividamento. O presidente Koslovski fez parte do Grupo de Trabalho representando a OCB e o sistema cooperativista brasileiro. “Durante todo o processo de negociação tivemos o importante apoio da OCB, tanto politicamente quanto na elaboração de aprofundados estudos sobre a situação do campo. A participação do setor cooperativista tem sido fundamental nas ações para resolver os problemas da agropecuária”, afirma o deputado federal Luis Carlos Heinze (PP-RS). No Paraná, o montante de dívidas passíveis de renegociação chega a R\$ 7 bilhões.

Medidas para a renegociação são positivas, avalia Ocepar

Para o presidente do Sistema Ocepar, a MP 432 traz avanços e abre caminhos para a solução do grave problema do endividamento agrícola, mas ainda deixa de fora alguns pontos importantes. A Medida Provisória da renegociação das dívidas agrícolas, assinada pelo presidente Lula na noite de 27 de maio durante solenidade no Palácio do Planalto, contempla em parte os pleitos das cooperativas paranaenses. Segundo Koslovski, algumas reivindicações não foram acatadas pelo governo. “Mas, ainda assim as medidas anunciadas são positivas para os produtores e cooperativas brasileiras. Traz avanços que possibilitam a renegociação e a liquidação de dívidas que vinham sendo um problema quase sem solução para milhares de agricultores”, afirma.

Prazos curtos – De acordo com Koslovski, que compareceu a solenidade de assinatura da MP em Brasília, o setor produtivo defendia que os acordos de renegociação comprometessem no máximo 5% da renda anual do agricultor, proposta não aceita pelo governo. “Os prazos dados pelo governo para quitação de aproximadamente R\$ 30 bilhões ficaram muito curtos, os produtores terão entre quatro a cinco anos, até 2011 para esta quitação. Nossa proposta era de que este pagamento ficasse atrelado à renda dos produtores, isto não foi levado em conta pelo governo”, lamenta o dirigente. Outra preocupação manifestada por Koslovski é que as renegociações estão centradas apenas nos bancos oficiais com garantias do Tesouro e dos Fundos Constitucionais. “Precisamos inserir nestas negociações os bancos privados e que atuam com crédito rural”, alerta.

Em contrapartida, Koslovski afirma que a criação do Fundo de Catástrofe, antigo pleito das cooperativas, “foi uma decisão importante que favorece a expansão do seguro rural, uma cobertura imprescindível para uma atividade de risco como é a agricultura”. Outra medida positiva para o dirigente



Foto: Assessoria CNA

é a instalação dos adidos agrícolas junto às embaixadas brasileiras, para a divulgação e ampliação do mercado para os produtos brasileiros. Desde abril de 2007, foram realizadas dezenas de reuniões e discussões em torno de medidas que pudessem amenizar os impactos da crise que assolou o campo entre os anos de 2005 e 2007, com seguidas quebras de safras em consequência da estiagem, além de prejuízos causados por perdas cambiais. “A MP da renegociação é resultado de uma ação ativa do setor produtivo, com o apoio e o respaldo da Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado, da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) e da Frencoop (Frente Parlamentar do Cooperativismo). É preciso destacar o empenho dos ministros Stephanes, da Agricultura, Mantega da Fazenda e Cassel, do Desenvolvimento Agrário em dialogar de forma objetiva em busca de consenso e entendimento”, enfatiza.

Medidas Estruturantes – Segun-

do o presidente da Ocepar, embora algumas propostas tenham ficado de fora do documento final, a MP tem uma boa abrangência, incluindo dívidas de negociações antigas como a Securitização, Pesa e Recoop, e também contratos de custeio mais recentes negociados nas safras 2003/04 a 2005/06. “Os produtores terão agora melhores condições de quitar seus compromissos, o que faz justiça a um setor que tanto tem contribuído para o crescimento da economia brasileira. É preciso manter-se organizado para prosseguir negociando e avançar rumo à implementação das Medidas Estruturantes, que prevêem, entre outras ações, uma política sólida de garantia de renda no campo. O Fundo de Catástrofe foi uma decisão acertada”, observa. Para Koslovski, as Medidas Estruturantes seriam “um passo fundamental para promover segurança, evitando novas crises e abrindo um novo horizonte para o desenvolvimento da atividade agropecuária no Brasil”, conclui.



Observado pelo vice José Alencar, o presidente Lula assina a MP 432

Foto: Ricardo Stuckert

Persistência e esperança no campo

O agricultor Walter Töws, 46 anos, contempla o céu nublado numa tarde de maio na Lapa, no sul do Paraná. O clima é instável e há sinais de que a chuva virá. Mas nesse momento, a incerteza maior para Walter é o futuro. Sua situação econômica não permite que faça planos concretos para o amanhã. Em seu horizonte, existe apenas o compromisso que se acumula ano após ano: a dívida agrícola. As notícias sobre alta no preço dos alimentos, recorde nas cotações de commodities na bolsa de Chicago (Cbot), demanda crescente da China, entre outras informações de mercado, funcionam apenas para projeções do percentual de endividamento que poderá ser pago no ano/safra. As dificuldades de Walter são as mesmas de milhares de produtores paranaenses absorvidos pelas dívidas, que se multiplicaram com os juros e as sucessivas quedas de produção causadas pela estiagem. “Em 2003, estava devendo R\$ 60 mil. Na safra seguinte (2003/04), período em que os preços estavam muito bons, arrendei uma área de 350 hectares e plantei soja. Uma seca de dois meses comprometeu a produtividade e derrubou minha renda. A dívida saltou para R\$ 300 mil”, relata. “Nas safras seguintes, aluguei terras no oeste da Bahia e por três anos consecutivos a estiagem foi implacável. Hoje, devo R\$ 1,2 milhão aos bancos”, desabafa.

Em sua propriedade de 35 hectares na Lapa, Walter faz as contas e avalia as possibilidades para a próxima safra. Todos os bens que possui foram alienados como garantia dos financiamentos que fez. Em casa, junto à mulher e os três filhos, o produtor descansa e aguarda. Em breve deverá voltar para a Bahia, onde vai tentar novamente. “Não sou um cara que desiste fácil. Mas não tenho mais garantias para oferecer aos bancos e obter recursos para o custeio do próximo plan-

Walter Töws: “não tenho mais garantias para oferecer aos bancos e obter crédito para custear a próxima safra”

Foto: Assessoria Ocepar



to”, diz. A renegociação das dívidas pode dar um novo fôlego a Walter. “Vou tentar pelo menos prorrogar as prestações que vencem em 2008, para que eu possa ter dinheiro para custear uma safra (2008/09) com boa tecnologia”, afirma.

A possibilidade de alongar e renegociar a dívida anima o produtor. “Nesta safra (2007/08) tive bons resultados e quitei o financiamento do custeio do ano. O problema são as dívidas antigas”, afirma. “A prorrogação e a diminuição dos juros, conseguida através da MP da renegociação, são boas notícias. Mas sem ren-

da não adianta muito. E a lucratividade do agricultor agora está sendo ameaçada pelo alto custo de produção”, alerta.

Representantes do cooperativismo reivindicavam que as renegociações considerassem um comprometimento máximo de 5% da renda do agricultor. Mas a proposta não foi aceita pelo governo. Quase toda a dívida de Walter diz respeito a programas de custeio, contemplados com a possibilidade de alongamento de prazos e redução de juros, além de descontos para os devedores com as prestações em dia.

Preocupação para a próxima safra

Tão logo a MP foi anunciada pelo governo, os parlamentares começaram a movimentação para incluir emendas e ampliar o alcance da renegociação. Mas esse não é o único problema que o campo tem a enfrentar nesse ano. A alta recorde dos preços dos fertilizantes e dos combustíveis vai pressionar os custos de produção. Para quem está endividado, a perspectiva é ainda mais preocupante. “O ideal seria ampliar os prazos de pagamento, rolando as prestações de 2008 para pagamento nos próximos anos. Meu temor é ficar sem recursos para a safra e utilizar baixa tecnologia.

Os resultados seriam ruins, e não teria renda para quitar compromissos antigos”, afirma o agricultor Floriano Mica, 42 anos, proprietário de 200 hectares na localidade de São João do Triunfo, no município de Palmeira, na região dos Campos Gerais.

O produtor tem dívidas em três diferentes programas: custeio, FAT Giro Rural (insumos) e Moderfrota (investimentos). Ao longo dos anos, já conseguiu renegociá-las, obtendo prazos maiores. Seus problemas começaram em 2001, quando resolveu investir em maquinários novos, para substituir

Floriano Mica: “meu medo é ficar sem recursos e ter que utilizar baixa tecnologia”

implementos sucateados com mais de 20 anos de uso. “Comprei dois tratores e um pulverizador, paguei uma entrada de 30% e financiei o restante através do programa Moderfrota”, explica. Mas, sobreveio a estiagem. “Estive muito perto de abandonar a agricultura. Não fosse a mobilização dos representantes do cooperativismo e dos produtores não haveria condições para renegociar e a atividade se tornaria inviável para mim”.

Desafios – Uma palavra se aplica hoje à realidade da agricultura brasileira: desequilíbrio. De um lado, algumas grandes empresas multinacionais vendem tecnologia (sementes, adubos e defensivos) a preços elevados. Na outra ponta, as mesmas empresas, por terem extensas redes de logística, compram



Foto: Assessoria Ocepar

a produção e as revendem ao mercado internacional. No meio desse oligopólio, milhões de produtores exercem uma atividade de risco, com altos custos de produção e nenhuma garantia de renda. A renegociação das dívidas é um alento para o campo, pois os agricultores ganham tempo e condições para prosseguir

produzindo. Mas os problemas e desafios do setor estão longe de acabar. “Vivo no limite. Estou há quatro ou cinco anos na correria para manter o crédito, me desfazendo de patrimônio para continuar produzindo. É como estar se afogando, essa é a sensação de uma pessoa endividada”, conclui Walter.

Dirigentes do Paraná avaliam MP da dívida agrícola

Para os dirigentes cooperativistas, a MP 432 traz avanços importantes, resultado de intensas negociações com o governo. Porém, as propostas não acatadas geram preocupação principalmente quanto à capacidade de pagamento dos produtores, sem garantia de renda em caso de uma nova crise. “Foi uma negociação difícil, que vem desde 2004 e o sistema cooperativista teve um envolvimento muito grande, com a participação direta da Ocepar nas discussões e debates”, diz o presidente da Coamo, Aroldo Gallassini. “Faltaram pontos importantes, como a redução maior da taxa de juros, e o prazo curto para quitar investimentos e custeio, pois se refere a dívidas acumuladas de 2004 a 2006. Pagar em dois anos é arriscado, pois se ocorrer alguma frustração de safra, o produtor não terá renda para quitar a dívida. O ideal seria alongar para 10 anos, como havia sido proposto pelas lideranças cooperativistas”, observa.

Na opinião do presidente da C. Vale, Alfredo Lang, a MP teve pontos

positivos, como a redução dos juros das dívidas já alongadas do período da crise do agronegócio e os descontos para liquidação antecipada. “Mas teria sido melhor se o governo tivesse aceito a readequação do prazo para pagamento das dívidas à capacidade de pagamento do produtor, na base de 5% da renda anual como a Ocepar propôs”, afirma. Lang considera os prazos de alongamento muito curtos, porque muitos produtores têm dívidas de 2004, 2005 e 2006 acumuladas com as dívidas de custeio deste ano e já vão precisar tomar mais crédito para a próxima safra de verão. “É muita dívida para ser paga em pouco tempo”, pondera.

O presidente da Corol, Eliseu de Paula, concorda e diz que a renegociação poderia ser facilitada se os prazos para pagamento fossem maiores. “O agricultor quer pagar, mas precisa de um alongamento mais amplo e compatível”, afirma.

Para o presidente da Coasul, Paulino Fachin, a MP pode ser aperfeiçoada através das emendas parlamentares, com a atuação dos deputados membros da Frencoop. “É necessário reconhecer

que tivemos avanços consideráveis. A participação da Ocepar e da OCB foi fundamental para que o governo tomasse uma atitude buscando amenizar os problemas do endividamento”, ressalta.

Na opinião do presidente da Agrária, Jorge Karl, a MP é uma boa notícia para o campo, principalmente na diminuição das taxas de juros e na ampliação dos prazos de pagamento para as dívidas do FAT Giro Rural e programas de custeio. “Me preocupa a demora dos bancos em atuar e implantar as mudanças. As normatizações internas do Banco do Brasil precisam ser ágeis, porque muitos vencimentos estão próximos a ocorrer e as agências não estão prontas para renegociar”, alerta.

Outro aspecto sobre o qual existem dúvidas é quanto aos limites de crédito para os produtores na próxima safra. “Os custos de produção, pressionados pelo preço dos fertilizantes, subiram mais de 50%, e os limites ainda não foram reajustados. É preciso mais clareza e rapidez”, conclui Karl.

Para OCB, renegociação é boa notícia para o cooperativismo



Foto: Assessoria OCB

Na avaliação do presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Marcio Lopes de Freitas, foram positivos os resultados das negociações com o governo em torno da MP 432. “Desde 2007, a Organização participa de um grupo de trabalho, juntamente com representantes de outras entidades do setor produtivo e do governo, constituído para assessorar o Executivo na construção de um novo pacote de medidas para sanear o endividamento agrícola”, afirma. “O sistema cooperativista foi representado por João Paulo Koslovski, presidente do Sistema Ocepar, cujo trabalho foi fundamental e importante. O processo contou com a participação de técnicos de ambas

as entidades, que subsidiaram todas as ações do grupo diretamente envolvido na negociação”, explica.

De acordo com Freitas, as medidas representam “um avanço e estabelecem novas condições de liquidação antecipada, descontos e taxas de juros mais compatíveis com as necessidades dos produtores e cooperativas”. Segundo ele, ainda são necessários alguns ajustes às medidas contempladas pela MP 432, que estão sendo realizadas através de emendas dos parlamentares ligados ao setor cooperativista. “São necessárias alterações como incluir nos benefícios da liquidação antecipada, as operações do Recoop sem risco para a União, além da ampliação de desconto

pela antecipação e redução da taxa de juros. Também importantes são a liquidação antecipada, por meio de descontos sobre os juros, de contratos do Pesa; a reprogramação das parcelas a vencer de custeio de safras anteriores e investimento para cinco anos, a partir de 2008, e o acesso a novo crédito por aqueles que tiverem suas parcelas reprogramadas”, relata.

Para o dirigente da OCB, o próximo passo, já iniciado, “é trabalhar na elaboração de medidas estruturantes, que visam estabilizar a renda dos produtores e cooperativas, entre elas a regulação do mercado de fertilizantes e a criação de um programa capaz de garantir a estabilidade de renda”, conclui.

Batalha democrática em busca de um acordo



Foto: Guida Gorgal/CAPADR

“A proposta de renegociação foi apresentada na Comissão de Agricultura em fevereiro do ano passado. Levou um ano e três meses até que se chegasse ao resultado final. Em 2007 já havíamos conseguido um bônus de 5,15% em cima dos investimentos com alongamento de um ano de parte dessas contas. E conseguimos reduzir os juros de 8,75% para 6,75%; o Proger de 8,25% para 6,25% e os investimentos de 8,75 para 6,75. Foi o que aconteceu no ano passado. Agora, com a MP, avançamos em outros pontos. O resultado das negociações foi positivo, mas poderia ter sido melhor. Isso indica a necessidade do setor agropecuário permanecer organizado. Faltou pressão e mobilização das bases. Durante as negociações os parlamentares atuaram com as lideranças do cooperativismo e da OCB, e também da CNA. Ficamos sozinhos tentando sensibilizar o governo sobre a gravidade do problema do endividamento. E nessa difícil negociação, a participação do presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, que representou a OCB, foi de extrema importância. Conceder melhores condições de pagamento das dívidas é uma questão de justiça com a agricultura, que tem sido responsável pela manutenção do saldo positivo da balança comercial brasileira, que ampliou as reservas internacionais do país e deu credibilidade a nossa economia.” **Luis Carlos Heinze (PP/RS)**. Membro titular da Comissão da Agricultura da Câmara e relator da MP 432.

“A MP 432 é resultado de uma luta muito grande, com fundamental participação da liderança cooperativista. O cooperativismo brasileiro e a OCB, representados nas negociações pelo presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, deram importante contribuição no difícil processo de discussões em torno de um acordo. A MP é um divisor de águas para a próxima safra. Não atende a toda necessidade do setor agrícola, mas foi positiva para o cooperativismo, porque abrangeu o Recoop e o Prodecoop, e avançou em programas de investimentos importantes feitos com a participação do cooperativismo. Considero o resultado das negociações uma conquista, pois passamos a limpo todo o crédito agrícola brasileiro. Destaco o trabalho do deputado Luis Carlos Heinze como relator da subcomissão que elaborou propostas para o endividamento. Heinze é também um cooperativista, pois é coordenador da Frencoop na área de cooperativismo agropecuário. Temos que lutar agora para emplacar emendas à MP, que possam corrigir distorções e ampliar o alcance das medidas. Esperamos também avançar nas discussões para a implementação de uma política de renda na agropecuária brasileira, que ofereça melhores garantias e rentabilidade para os produtores.” **Odacir Zonta (PP/SC)**. Presidente da Frencoop e membro titular da Comissão da Agricultura da Câmara.

Foto: Assessoria OCB



“O processo de negociação para a MP 432 foi trabalhoso, mas muito importante por ter reunido numa mesma mesa representantes do setor produtivo e parlamentares junto a representantes dos ministérios da Agricultura, da Fazenda e do Desenvolvimento Agrário. É preciso destacar o empenho do ministro Reinhold Stephanes, que tem sido um parceiro dos agricultores e muito contribuiu para sensibilizar o Ministério da Fazenda sobre o drama do endividamento agrícola. Da mesma forma, as lideranças do cooperativismo, o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, o presidente da OCB, Márcio Lopes, tiveram uma participação fundamental nas negociações. Quanto aos resultados da MP, penso que foi uma conquista, muito embora muitos pontos não tenham sido contemplados. Com a demanda crescente por alimentos e biocombustíveis, o governo precisa dar mais atenção aos agricultores, mais crédito, melhor infra-estrutura e logística e, principalmente, uma política de garantia de renda. Além de aprimorar a MP através de emendas, o foco agora deve ser a implementação das medidas estruturantes. É preciso manter-se mobilizado para avançar em pontos vitais para o desenvolvimento da agricultura brasileira.” **Marcos Montes (PFL/MG)**. *Membro titular da Comissão da Agricultura da Câmara.*



Foto: Assessoria Ocepar



Foto: Assessoria OCB

“A MP foi importante e resultado de intensas negociações, mas vários itens ficaram de fora e precisamos fazer ajustes no Congresso através de emendas. Durante as discussões com o governo tivemos o fundamental respaldo técnico e político da Ocepar e da OCB, com importante participação do presidente João Paulo Koslovski. Podemos dizer que, apesar dos avanços, muitos pontos ficaram pendentes. Os alongamentos foram impostos em três anos para investimento e dois para custeio. Nós precisávamos ter um espaço maior de acordo com a capacidade de pagamento e renda do produtor. Outra batalha pela frente é fazer com que os bancos privados façam a renegociação dos financiamentos, quando os riscos são dos bancos e não do Tesouro. Uma das grandes vantagens que a renegociação traz é fazer com que o agricultor volte a tomar crédito agrícola, evitando que ele busque dinheiro no mercado, pagando juros extorsivos e exorbitantes. Outro ponto fundamental é avançar rumo a uma política agrícola, com a garantia de renda. Quando o cidadão urbano perde o emprego, ele tem o seguro-desemprego. Já no campo, quando o agricultor perde sua safra por questões climáticas, ele fica sem remuneração e ainda coloca em risco seu patrimônio. Se não mudarmos essa situação, nunca vamos ter uma solução definitiva para o problema da dívida agrícola.” **Valdir Colatto (PMDB/SC)**. *Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura e membro titular da Comissão da Agricultura da Câmara.*

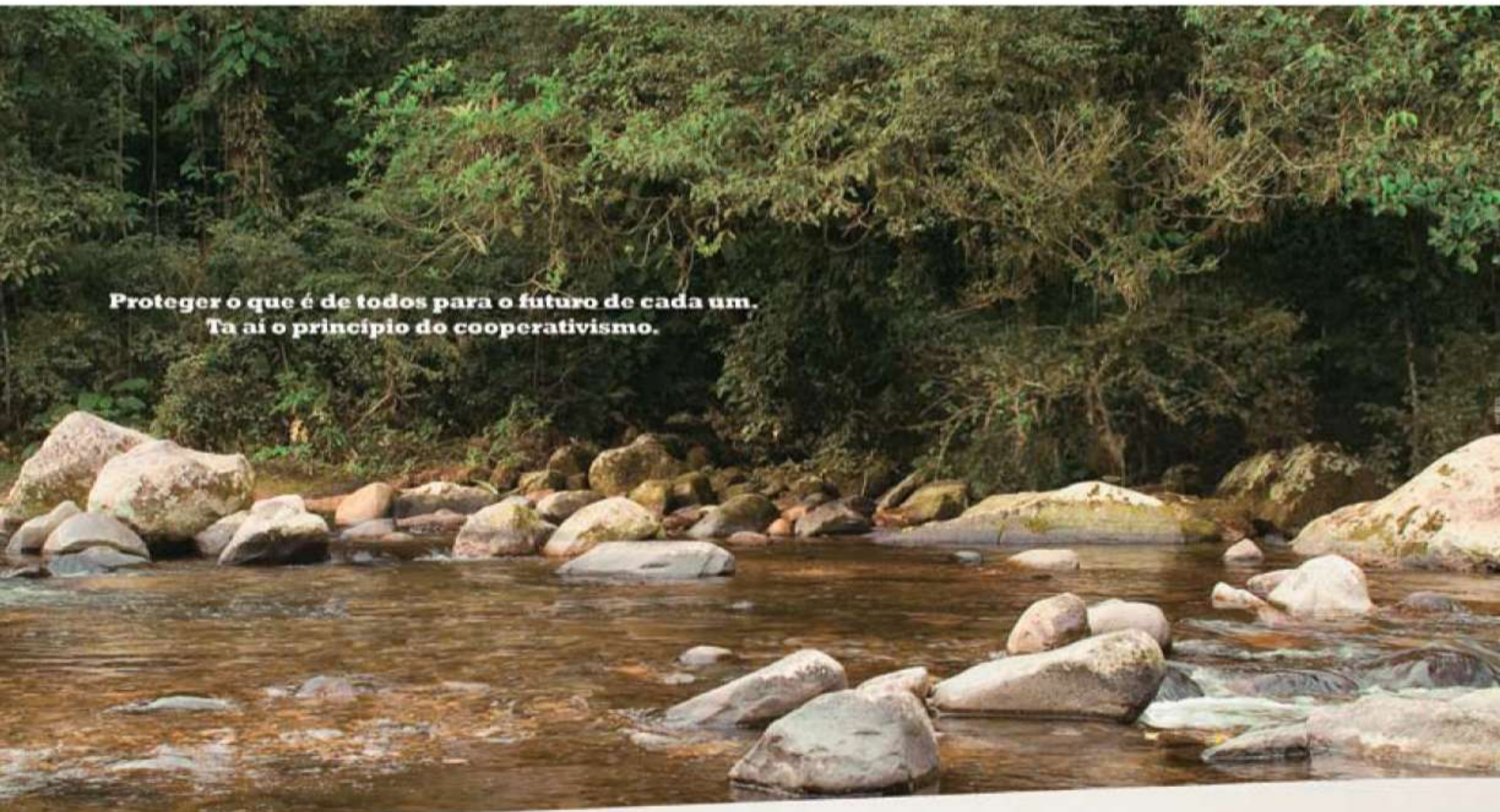
“Foi uma negociação muito importante e com bons resultados, embora muitas das reivindicações não tenham sido atendidas. Foram discutidos cerca de 30 programas e 16 leis foram alteradas. Quando se fala de café, de arroz, investimentos, pecuária, de cacau, são vários produtos e muitos deles analisados de forma individualizada, suas frustrações de safra e os seus problemas específicos. As lideranças cooperativistas e dos produtores tiveram fundamental participação nesse processo, no qual a união prevaleceu na busca da melhor negociação possível. Não avançamos tanto como desejávamos, mas dentro do possível, dentro da possibilidade do governo. Entendo que devemos propor e trabalhar por uma política agrícola, uma política de renda, para que os agricultores, principalmente os pequenos, que têm a maioria dos contratos (1.800.000), tenham segurança e rentabilidade suficiente para liquidar suas dívidas.”

Luis Carlos Setim (DEM/PR). *Vice-presidente da Comissão da Agricultura da Câmara.*

Foto: Assessoria Câmara



**Proteger o que é de todos para o futuro de cada um.
Ta aí o princípio do cooperativismo.**



Inúmeros são os projetos ambientais realizados pelas cooperativas paranaenses em parceria com prefeituras, governo e entidades. Nos últimos dois anos foram recuperados e preservados mais de 8 mil quilômetros de margens de rios. Rios que foram repovoados, através da coltura de peixes. Mas as ações ambientais do cooperativismo não param por aí. Mais de 5 milhões de mudas de árvores nativas foram plantadas, recuperando e preservando nascentes e matas ciliares nas propriedades rurais, garantindo água boa para o consumo. Não podemos deixar de mencionar duas outras opções importantes e que tanto tem contribuindo para a preservação do nosso meio ambiente: a coleta de embalagens vazias de defensivos, onde, no Paraná, quase 4 mil toneladas por ano são recolhidas, das quais, 98% são recicladas e; a disseminação de uma técnica preservacionista e que encontrou no cooperativismo respaldo, o plantio direto. Afinal, cooperativismo também é isso: preservação ambiental com responsabilidades social.

Uma campanha





Foto: Carlos Silva/ACS-GM-MAPA

Dirigentes cooperativistas apresentam no Ministério da Agricultura, em Brasília, propostas ao ministro Stephanes (18/04/2007)



Foto: Agência Senado

Comissão da Agricultura do Senado debate endividamento (10/05/2007)

Cronologia das negociações para solucionar o endividamento agrícola

2006 – Representantes do Sistema Ocepar realizaram cerca de 20 viagens a Brasília para discussões junto ao governo e parlamentares, buscando amenizar o grave problema do endividamento agrícola. Várias audiências foram realizadas com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e com o então ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. A Ocepar também esteve presente na mobilização dos governadores no Congresso Nacional contra a crise no campo, que ocorreu em 16 de maio de 2006. No mesmo dia, agricultores de todo o país protestaram e expuseram à população as dificuldades que afligiam o setor. Em 31 de maio e 1o de junho, o presidente da Ocepar, representando a OCB, participou de audiência pública da Comissão de Agricultura, que contou com a presença do ministro Rodrigues e do ministro da Fazenda, Guido Mantega.

2007 – Ano de intensa mobilização, com a formação do Grupo de Trabalho que atuou na definição de propos-

tas, muitas delas incluídas na MP 432. Representantes da Ocepar fizeram mais de 35 viagens a Brasília para discutir e debater com demais representantes da OCB e também da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), medidas para a renegociação das divi-

das. Podem ser destacadas em 2007, a audiência com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que ocorreu no dia 18 de abril, da qual participaram o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, e o presidente da OCB, Marcio Lopes de Freitas, além de diversos di-



Foto: Guida Gorga/CAPADR

Reunião na Comissão da Agricultura da Câmara (29/08/07)



Foto: Rodrigo Pozzebom - ABr



Reunião no Ministério da Fazenda com ministros, parlamentares e lideranças ocorrida em 25/03/08

rigentes de cooperativas paranaenses. Documento com 23 propostas para a agropecuária brasileira foi entregue ao ministro. Também importante foram as reuniões do Grupo de Trabalho com o ministro Stephanes, ocorridas no mês de junho, que tiveram como resultado medidas paliativas como alongamento de dívidas de custeio de safras recentes. Também houve reunião com o então ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, com o objetivo de solicitar apoio para a redução

dos juros praticados no crédito e investimento agrícola. No mesmo mês, o governo anunciou medidas emergenciais para o endividamento. O presidente da Ocepar, representando o Sistema OCB, participou da solenidade do lançamento do Plano Safra, com a presença do presidente Lula, do vice-presidente José Alencar, do ministro Stephanes e do presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia. Nos meses seguintes, dezenas de reuniões ocorreram em busca de consenso e definição para as propostas

da renegociação das dívidas no campo. Fundamental trabalho foi realizado em parceria com os parlamentares da Frencoop e da Comissão da Agricultura da Câmara.

2008 – Desde fevereiro, os encontros e reuniões passaram a correr contra o tempo. Era preciso chegar a um entendimento. No fim de março, as discussões se concentraram na construção de um acordo com a equipe econômica. No dia 25, o governo apresentou proposta contemplando na renegociação R\$ 56,2 bilhões em dívidas. O setor produtivo rechaçou a proposta. Mais reuniões aconteceram nos dias 26, 27 e 28. A mobilização se intensifica. Em 2 de abril, o governo aumenta para R\$ 66 bilhões o total passível de renegociação. No dia 7 de abril, o setor produtivo apresenta contraproposta ao governo, que sinaliza com a possibilidade de aperfeiçoar medidas quanto ao prazo de alongamento, taxas de juros e débitos transferidos para a Dívida Ativa da União (DAU). Prosseguem os impasses, mas negociações caminham para um consenso.

No dia 27 de maio, o governo anuncia a Medida Provisória 432, abrindo possibilidade de negociação para 2,8 milhões de contratos, num montante de R\$ 75 bilhões.



Foto: Arquivo Ocepar

No dia 10/03/08 o Ministro Stephanes debate na sede da Ocepar com presidentes de cooperativas

Avaliação da MP 432 e os avanços obtidos para a renegociação de dívidas

A Medida Provisória 432, de 27 de maio de 2008, trouxe avanços importantes e abriu caminhos para solução do grave problema do endividamento agrícola. Entre os principais avanços obtidos destacam-se:

1. Para a Securitização I e II destacam-se as seguintes medidas:

- Criação de bônus para liquidação antecipada concedendo-se desconto maior para dívidas com saldo devedor menor e descontos menores para saldos maiores;
- Retirada dos encargos de inadimplimento, sendo que os mutuários passam à condição de adimplência, inclusive com direito aos bônus para liquidação antecipada da dívida;
- Substituição da TMS + 1% ao ano, por IPC-A + 6% ao ano, a partir do vencimento de cada parcela, até a data da renegociação;
- Saldo devedor remanescente: para SEC II - foi redistribuído entre as parcelas vincendas até 2025, mantendo o vencimento de 2008 e para a SEC I novo cronograma de reembolso - 2009 e até 2025;

2. Para o Pesa destacam-se as seguintes medidas:

- Revisão do bônus de adimplência, permitindo que todas as operações sejam beneficiadas com a redução em 5 pontos percentuais nas taxas de juros e com o teto de 0,759% ao mês para o IGP-M – condição não conferida aos inadimplentes desde o ano de 2001;
- Para o ajuste no saldo devedor

vencido será considerado o valor da parcela na condição de normalidade na data do seu vencimento (IGP-M limitado a 0,759% ao mês e juro de 3%, 4% ou 5% ao ano, conforme o caso) e substituição da TMS + 1% ao ano, por IGP-M limitado a 0,759% ao mês, mais juros de 8%, 9% ou 10%, a partir do vencimento da parcela até a data da renegociação;

- Quanto a condição de pagamento para o novo saldo devedor haverá prazo de até 4 anos, vencendo a 1ª parcela em 2009 com juros de 6,75% ao ano.

3. Para o Recoop os principais avanços obtidos foram:

- Criação de bônus de liquidação antecipada da dívida, aplicado também sobre o saldo devedor vencido na proporção de 15% em 2008, 12% em 2009 e 9% em 2010;
- Repactuação do saldo devedor vencido com aplicação dos encargos de normalidade até a data do vencimento da parcela e redistribuição do saldo devedor vencido nas parcelas vincendas (2009 até 2018).

4. Para o Funcafé destacam-se:

- Alongamento do prazo de 2014 para 2020;
- Redução dos juros de 9,5% para 7,5%, podendo chegar a 3,75% com bônus.

5. Para os custeios prorrogados das safras 2003/2004 a 2005/2006 concedeu-se a possibilidade de ampliação do prazo em até 2 anos com redução de taxas de juros na seguinte proporção:

- Poupança rural com taxas livres: dos atuais 18% aa para 10,5% aa;
- Recursos controlados: de 8,75% aa para 6,75% aa;
- Proger Custeio Rural: de 7,75% aa para 6,25% aa;
- FAT Giro Rural: de TJLP + 3% a 5% para 8,75% aa.'

6. Para as operações de investimento rural:

- Finame Agrícola Especial: redução das taxas de juros de 13,75% para TJLP + 4,0% ao ano, limitada à taxa contratual;
- Moderfrota: de 10,75% e 12,75% para TJLP + 3,25% ao ano, limitada à taxa contratual;
- Prodecoop: redução das taxas de juros de 10,75% para 8,75% ao ano.
- Autorização para renegociação de até 10% das operações de cada banco, com adicional de até mais 3 anos para pagamento e exigência do pagamento mínimo de 40% da parcela com vencimento em 2008;

Foram alcançados outros avanços dentro do processo de renegociação das dívidas, dentre os quais destacam-se:

1. A criação do Fundo de Catástrofe, antigo pleito das cooperativas, que foi uma decisão importante que favo-

rece a expansão do seguro rural, uma cobertura imprescindível para uma atividade de risco como é a agricultura.

2. A efetivação de adidos agrícolas junto às embaixadas brasileiras, para a divulgação e ampliação do mercado

para os produtos brasileiros.

II) Principais pendências da MP 432

Porém, as medidas anunciadas não contemplaram alguns pontos importantes. Entre as principais pendências não contempladas pela MP 432 destacam-se:

1. O setor produtivo defendeu que os acordos de renegociação comprometessem no máximo 5% da renda anual do agricultor, proposta que não foi aceita pelo governo.

2. O Programa de Saneamento dos ativos - PESA não foi contemplado com desconto para liquidação antecipada, sendo que as demais dívidas antigas tiveram incentivos para liquidação.

3. Os descontos para a liquidação da operação do RECOOP são inferiores aos descontos da Securitização e do PESA. Dessa forma, propõe-se alteração destes descontos aos níveis pactuados no Grupo de Trabalho do Endividamento.

4. Para as cooperativas que não liquidarem as dívidas do RECOOP reduzir as taxas de juros para até 6,75% ao ano, ao invés de 9,75% ao ano.

5. Liberar as garantias das dívidas dos produtores rurais e suas cooperativas transferidas ao Tesouro Nacional, na proporção do percentual da dívida já pago.

III) Sugestões para encaminhamentos futuros

Os produtores rurais brasileiros não têm à sua disposição um programa de geração de emprego e renda que lhe permita superar os períodos de crises que se repetem ciclicamente. A segurança ao produtor somente será garantida quando forem estabelecidas políticas que neutralizem os riscos de perda de produção e de queda de preços. Assim sendo, a política agrícola brasileira deve buscar a proteção e a estabilização da renda dos produtores criando instrumentos para garantir preços, sem a necessidade do governo

adquirir o excesso de produção.

Com o objetivo de iniciar a implementação de um programa de garantia de renda a Ocepar sugere um conjunto de medidas que poderiam ser implementadas conforme segue:

1. Seguro Rural

- Alocar, pelo menos, R\$ 400 milhões para a subvenção ao prêmio do Seguro Rural, objetivando atender, aproximadamente, 20% da produção agropecuária nacional;
- Agilizar e implementar o zoneamento agropecuário para mais culturas e regiões produtoras;
- Buscar aumentar os percentuais de cobertura do seguro rural.

2. Programa de equalização de preços

- Criar um programa que assegure ao produtor a diferença monetária entre os preços recebidos e o preço mínimo de garantia fixado pelo governo, quando o primeiro for menor que o segundo.

3. Seguro de preços

- Alocar recursos para subvenção ao prêmio dos contratos de opção privados, suficiente para atender percentual sobre o valor do prêmio.

4. Política para insumos

- Permitir a livre circulação de agrotóxicos agrícolas, substâncias ativas e suas correspondentes formulações, entre os países parte do Mercosul, desde que possuam registro em um dos países membros do Mercosul.
- Baixar medida autorizando o uso do glifosato em pós-emergência em todo o país, desobrigando cadastros estaduais.
- Implementar uma política nacional para tornar o Brasil auto-suficiente na produção de matérias primas de fertilizantes.
- Estabelecer restrições, limites ou condições a grupos empresariais para obtenção de concessões de minas de

forma a garantir a competição e impedir a concentração econômica no mercado de matérias-primas básicas e intermediárias de fertilizantes.

- Extinguir a cobrança da AFRMM sobre o frete marítimo incidente sobre o transporte de insumos agrícolas.

5. Crédito rural

- Criar um Programa de Captação de recursos externos para financiamento da produção agrícola com o intuito de aumentar a quantidade de recursos disponíveis para o setor.
- Reduzir as taxas de juros do crédito rural para 4,5% a.a.
- Implementar o acesso ao crédito rotativo em nome do produtor rural, com limite máximo de crédito fixado pelo sistema financeiro e com garantias concedidas pelo produtor e validade de 5 anos.

6. Infra-estrutura

- Promover investimentos em logística (portos, cabotagem, rodovias, ferrovias e navegação; transporte multi-modal), visando redução dos custos de transporte associados à atividade agrícola.
- Investir na capacidade estática de armazenamento das regiões de fronteira agrícola.
- Permitir a utilização de embarcações com bandeira estrangeira para a navegação de cabotagem para transporte de produtos agrícolas ao longo da costa brasileira através da edição de Normativo do poder executivo.

7. Política tributária

- Isentar todos os alimentos de tributação, como forma de estimular o consumo e a produção.
- Reduzir a zero as alíquotas do PIS/PASEP e de CONFINS incidentes sobre a receita bruta da venda no mercado interno de produtos, combustíveis e insumos agropecuários.



Fotos: Assessoria Ocepar

Painel discutiu possibilidades de parcerias cooperativistas

Dirigentes debatem estratégias de Intercooperação

Objetivo é ampliar experiências que agregam forças e abreviam etapas de crescimento das cooperativas

A intercooperação é o 6º princípio do cooperativismo. Dentro do cooperativismo essa ação pode ocorrer de diversas formas, entre cooperativas do mesmo ramo ou de ramos diferentes, sempre com o objetivo da ajuda mútua, da superação de etapas no crescimento e do aproveitamento da escala para reduzir custos e obter maior competitividade. O intercâmbio de informações, produtos, serviços e tecnologias são ações previstas na intercooperação. Foi com o objetivo de discutir e praticar a intercooperação que o tema foi discutido em painel do Fórum dos Presidentes realizado pelo Sistema Ocepar nos dias 12 e 13 de maio, em Curitiba.

Durante o evento, os dirigentes também debateram cenários econômicos e as dificuldades causadas pelo sistema tributário brasileiro. Falaram sobre o tema, respectivamente, o jornalista Carlos Alberto Sardenberg e o deputado federal Luiz Carlos Haully.

As discussões sobre a intercooperação resultaram das diretrizes aprovadas na Assembleia Geral Ordinária da Ocepar realizada em abril último. As diretrizes norteiam ações de intercooperação: fomentar a disseminação das informações dos negócios de cada cooperativa; estudar ações conjuntas de industrialização; buscar a integração de cooperativas para evitar a competição

entre elas; intensificação da integração entre as cooperativas dos diferentes ramos (transporte, crédito, saúde), entre outras. Há dirigentes que se perguntam se não é possível realizar grandes parcerias como, por exemplo, uma marca única para um produto, embora fabricado em diferentes plantas industriais. Um exemplo: o queijo Parmegiano-Reggiano, processado em mais de 500 pequenas indústrias privadas e associações cooperativas italianas e vendido como marca única.

O painel “Estratégias de atuação para o fortalecimento do cooperativismo no Paraná” foi coordenado pelo presidente do Sistema Ocepar, João Paulo



O jornalista Carlos Alberto Sardenberg fez palestra analisando o atual cenário econômico do Brasil

Koslovski, com a participação de representantes de diversos ramos de cooperativas: Orestes Barrozo Medeiros Pullin (Federação Unimed do PR), Luiz Humberto de Souza Daniel (Uniodonto Paraná e Curitiba), Luiz Roberto Baggio (Bom Jesus), José Otaviano de Oliveira Ribeiro (Cofercatu) e Nelson Canan (Cootrasul).

O resultado das experiências

– Um a um, os expositores do painel mostraram o resultado das ações de integração, com destaque para as parcerias entre os sistemas Unimed e Uniodonto e outros ramos de cooperativas para oferecimento de planos de saúde aos empregados e associados dessas cooperativas. Essa intercooperação agregou 95 mil usuários às Unimeds através de 85 novos contratos; o sistema Uniodonto tem mais de 110 mil usuários dos planos odontológicos oriundos da parceria com as diversas cooperativas. Esses contratos em grupos trazem vantagens aos dois lados: facilidade, garantia de cobrança e significativa redução de custo.

A Cooperativa dos Proprietários de Caminhões de Astorga - Cocontrast, por exemplo, fez uma parceria com a cooperativa Nova Produtiva para transpor-

tar cana. O presidente Marcos Antonio Berto afirmou que a Cocontrast vai buscar novas parcerias com as cooperativas para realizar também o transporte de grãos. O presidente da cooperativa de crédito Credicatu, de Porecatu, Wladimir Trunckle, elogiou o resultado do painel e afirmou que as decisões têm que ser tomadas agora. “Tem que ser feito”, frisou. Atento às explanações e conclusões apresentadas pelo presidente da Ocepar, Wladimir fez inúmeras anotações no seu bloco de notas, que serão apresentadas na reunião da diretoria da cooperativa.

As dificuldades da prática – Os dirigentes sabem, no entanto, que apesar dos muitos avanços ocorridos até agora, implementar algumas parcerias é uma tarefa mais complexa. O presidente da Capital Cooperativa Agroindustrial, Albert Salomons, considera a intercooperação de suma importância, mas aponta as dificuldades para se chegar a um consenso para “colocar em prática o que se discute aqui”. Cita que enquanto no mundo inteiro as empresas estão se unindo, projetos concretos de união de indústrias entre cooperativas foram abandonados. “Na Holanda há somente duas cooperativas de leite e em processo de fusão

também. Nós, como cooperativa, temos que trabalhar essa questão”.

Para Salomons, a intercooperação é uma forma de ganhar mercado, ganhar força e enfrentar outros concorrentes, como as empresas multinacionais. “Temos que chegar a um consenso. Por exemplo, o debate sobre a indústria de fertilizantes. Estamos todos comprando separadamente. Deveríamos estar comprando em bloco”, defende.

Um sistema com 15 milhões de usuários – Para o presidente da Federação Unimed no Paraná, Orestes Barrozo M. Pullin, o painel mostrou as possibilidades reais de integração entre as cooperativas e defendeu: “Acho que esse é o caminho e a Ocepar tem que continuar batendo nessa tecla, buscando o desenvolvimento do cooperativismo como um todo.” Lembrou que as cooperativas da Federação Unimed têm um processo de integração bem evoluído: “Isso nos deu força para chegarmos aonde estamos hoje. Uma marca só no Brasil inteiro, com 15 milhões de usuários, que são na verdade clientes de 370 cooperativas. Só que todas trabalham com modelos padronizados de processo, trocam clientes. É um modelo de integração que deu certo”, conclui. ■



Inicialmente, planta agroindustrial vai processar 400 mil litros de leite por dia

Confepar inaugura indústria em Pato Branco

Cooperativa vai investir mais de R\$ 70 milhões em projeto que abrangerá 4 mil produtores do Paraná e Santa Catarina

A Confepar - Cooperativa Central Agroindustrial inaugurou, no último dia 25 de maio, sua unidade industrial de Pato Branco, no Sudoeste do Paraná, que vai processar inicialmente 400 mil litros de leite/dia. O produto final é o leite concentrado, que será transformado em leite em pó em Londrina. Na fase de implantação, o projeto demandou investimentos de R\$ 6 milhões, abrindo 70 empregos diretos e abrangendo cerca de 2 mil produtores de leite do município e região, onde a Confepar já tem estrutura administrativa para apoio aos produtores.

A indústria foi montada num tempo recorde, cerca de seis meses depois de iniciada a negociação com a Prefeitura Municipal, que doou o terreno para as instalações. A Confepar utilizou equipamentos disponíveis em sua unidade de

Londrina, reduzindo a inversão de recursos no empreendimento. A localização da nova unidade industrial no Sudoeste é estratégica, pois contribui para reduzir custos de transporte, uma vez que cada 3,5 litros de leite fluido se transformam em 1 litro de concentrado.

Ampliação custará R\$ 71 milhões – A Confepar já projetou duas ampliações da indústria, que exigirão investimentos de mais de R\$ 71 milhões, quando processará 1 milhão de litros de leite/dia, abrangendo 4 mil produtores do Paraná e de outros estados. A primeira expansão ocorre já no próximo ano, com inversão de R\$ 21 milhões. Quando estiver concluída a última etapa, ao custo de mais R\$ 51 milhões - o que depende das condições do mercado - a indústria terá 370 funcionários e passará a produzir leite em pó, prevendo a recepção de 1

milhão de litros de leite/dia.

A expectativa é de que pelo menos 4 mil produtores de leite sejam beneficiados com a conclusão da expansão da indústria. “A região sudoeste tem o perfil adequado para a produção de leite. São pequenas propriedades onde o produtor retira dali seu próprio sustento. É uma região muito promissora”, disse o presidente da Confepar, Renato José Beleze. “A indústria dá uma oportunidade ímpar para que os produtores possam acreditar na atividade leiteira”, conclui. A solenidade de inauguração contou com a presença do presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, e do presidente do Sindileite, Wilson Thiesen. Também participaram autoridades e políticos, dentre eles o prefeito de Pato Branco, Roberto Viganó e os senadores Álvaro e Osmar Dias. ■

Chegou... A Nova Margarina Light!



**Mais Leve!
Mais Saborosa!**

ALIMENTOS
Coamo



**RANKING
LÍDERES DE VENDA 2007
ÓLEO DE SOJA**

**REGIÃO SUL
2º LUGAR**

**INTERIOR DE SÃO PAULO
4º LUGAR**

**GRANDE SÃO PAULO
5º LUGAR**

**BRASIL
4º LUGAR**

Fonte: ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados

www.coamo.com.br



Foto: Arquivo Ocepar

Cooperativas do Paraná reassumem liderança

Vendas crescem 47% no primeiro quadrimestre do ano e superam US\$ 366 milhões

As cooperativas do Paraná reassumiram a liderança no ranking das exportações do setor, que desde o fim de 2005 pertencia a São Paulo. No primeiro quadrimestre de 2008, as vendas externas paranaenses tiveram uma alta de 47,4%, ultrapassando os US\$ 366 milhões. O resultado é atribuído à elevação da produção no estado e a alta internacional nos preços das commodities. O complexo soja (grão, farelo e óleo) continua sendo o principal item de exportação das cooperativas do Paraná, respondendo por 45% dos embarques, seguido por carnes (31%) e açúcar e álcool (12%).

Os indicadores das cooperativas paranaenses, referentes aos quatro primeiros meses do ano, são superiores ao percentual de crescimento das exportações totais do cooperativismo brasileiro, que foi de 14,7% no período. Também foram melhores que a variação das ven-

das externas totais do Paraná (30,6%), do Brasil (13,6%) e do agronegócio brasileiro (18,9%). “O comparativo demonstra o bom desempenho das cooperativas do Paraná, que ampliam com vigor sua participação no comércio internacional”, afirma o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski.

Os indicadores ascendentes das cooperativas paranaenses já eram perceptíveis em 2007, quando as vendas externas chegaram a US\$ 1,053 bilhão, muito próximo das exportações de São Paulo, que fecharam o ano em US\$ 1,073 bilhão. Juntos, os dois estados responderam por 64% do comércio externo do setor cooperativista brasileiro, que exportou US\$ 3,3 bilhões no ano passado. “O aquecimento dos preços internacionais dos produtos do complexo soja, nosso principal item de exportação, explica a alta no faturamento que fez a participação da sojicultura saltar

de 33,83% em 2006 para 45,49% do total exportado em 2007”, ressalta o analista técnico e econômico da Ocepar, Robson Mafioletti. Segundo o analista, um dado interessante na balança comercial das cooperativas do estado, é o crescimento da participação do setor carnes. “No ano passado houve alta de 66% na participação do segmento nas vendas totais em comparação a 2006”, observa. Já o setor sucroalcooleiro, de acordo com Mafioletti, mantém-se, em 2008, em patamares próximos a 2007. “A participação nas exportações, atualmente na casa de 12%, chegou a representar 23% do total das vendas em 2006”, lembra. Nas cooperativas paulistas, álcool e açúcar representam 86% do total das exportações.

O bom momento já se reflete nas pesquisas e rankings de comércio exterior. “Entre as 40 maiores empresas exportadoras do Paraná, figuram sempre as

cooperativas Coamo, Lar, C.Vale e Copacol, que passaram, desde 2007, a ter a companhia da Cocamar e da Copagril”, relata Mafioletti.

Soja, açúcar e álcool – De 2005 a 2007, as exportações das cooperativas do Brasil cresceram 50%, enquanto no Paraná a alta foi de 55%. Produtos do complexo soja e sucroalcooleiro são os principais itens das cooperativas, respondendo, respectivamente, por 25,91% e 32,79% do faturamento total das vendas no ano passado, seguidos por carnes (17,76%) e café (8,32%). Segundo dados da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), os principais compradores no ano passado foram os Países Baixos (10,78%), a China (8,87%), a Alemanha (8,26%) e os Emirados Árabes (7,32%). Os Estados Unidos (5,58%), quinto

maior comprador, é também o que apresentou a maior queda nas importações - no comparativo entre o ano passado e 2006, a variação negativa foi de 42,13%. Na outra ponta, a Venezuela foi o país que mais ampliou compras das cooperativas do Brasil, com uma alta de 457%, mas com uma participação pequena em valores, em importações concentradas principalmente no setor lácteo (leite em pó). Já países com participação expressiva como a China e a Alemanha aumentaram suas compras em, respectivamente, 35,5% e 50%. “Com a demanda crescente por alimentos e biocombustíveis, as cooperativas se consolidam no mercado mundial, ampliando sua contribuição para o Brasil, gerando empregos e mais renda para seus cooperados”, finaliza Koslovski. ■



(*) percentual em relação ao total de produtos exportados
Fonte: OCB/Ocepar/MDIC

Exportações das cooperativas brasileiras

	(1º quadrimestre/2008)	(1º quadrimestre/2007)	Varição
Paraná	366,09	248,43	47,4%
São Paulo	218,5	424,17	-48,5%
Rio Grande do Sul	160,4	31,09	415,9%
Santa Catarina	132,3	69,26	91%
Minas Gerais	124,8	105,73	18%
Mato Grosso	25,9	13,56	91%
Outros	51,5	53,52	-3,8%
Total	1,08 bilhão	945,76	14,7%

Principais países compradores (2007)

Países Baixos	10,78% (*)
China	8,87%
Alemanha	8,26%
Emirados Árabes	7,32%
Estados Unidos	5,58%
Rússia	5,45%
Japão	5,03%
Arábia Saudita	4,85%

(*) percentual em relação ao total exportado
Fonte: OCB/Ocepar/MDIC



Jornalistas e estudantes debatem pecuária paranaense

Foram realizados cinco eventos que reuniram 500 participantes em diferentes regiões do estado

A sustentabilidade da pecuária de leite e de corte, o cenário atual destes segmentos dentro e fora da porteira, seus potenciais de crescimento no País e também no mercado internacional, foram alguns dos temas apresentados e discutidos com profissionais de imprensa e estudantes de jornalismo, durante uma série de cinco encontros regionais realizados no final de maio início de junho no Paraná.

O Secoagro – Seminários Itinerantes sobre Comunicação e Agronegócio, dirigidos a profissionais e estudantes de jornalismo, uma iniciativa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Associação de Jornalistas do Agronegócio do Paraná (AJAP), reuniram um total de 500 participantes nas cidades de Maringá, Londrina, Cascavel, Curitiba e Ponta Grossa. O primeiro destes encontros aconteceu no dia 27 de maio na cidade de Maringá e o último em Ponta Grossa no dia 10 de junho.

Além do seminário com palestras teóricas, em Ponta Grossa, os estudantes também participaram de uma visita técnica em Carambeí, na propriedade do cooperado da Batavo e presidente do Sindicato Rural do município, Sérgio Spinardi. Cerca de 25 alunos e profissionais, acompanhados pela coordenadora do curso de jornalismo da UEPG, Vanessa Sabóia Zappia e pelo técnico da cooperativa Batavo, Sandro Dalarmi, puderam conhecer o desenvolvimento das atividades na chácara, onde existem 160 vacas em lactação e uma produção diária de 5 mil litros de leite.

“Tanto o seminário como a visita foram muito instigante para os estudantes



Foto: Assessoria Embrapa

Visita Técnica: Sérgio Spinardi explica aos visitantes o funcionamento da propriedade de leite

de jornalismo que puderam conhecer de perto como funciona uma propriedade de leite e o trabalho desenvolvido”, afirma a coordenadora. Ela destaca que esta iniciativa da Ajap e da Embrapa “é valiosa porque oportuniza à Universidade e também aos futuros jornalistas descobrirem este setor tão importante para nossa economia, especialmente nos Campos Gerais, que é o agronegócio. Saímos um pouco do senso comum e podemos aprofundar um pouco mais sobre o tema para podermos escrever com mais conhecimento sobre o assunto”, frisou Vanessa Zappia.

Para o presidente da Ajap, Samuel Milléo Filho, os resultados obtidos com realização de seminários, em Maringá, Londrina, Cascavel, Curitiba, e Ponta Grossa, superaram todas as expectativas. “Reunimos quase 500 participantes. O interesse demonstrado pelos estudantes é um indicativo de que estamos no caminho certo e que os temas abordados despertaram a atenção tanto dos jornalistas como

dos acadêmicos nas diversas regiões do estado”. Ele também destaca o interesse manifestado pelos estudantes em trabalhar na área do agronegócio. “Em cada uma das regiões onde aconteceram os encontros, estudantes nos procuraram para saber mais sobre o mercado de trabalho e de que forma podem se aprofundar no assunto, já que nas universidade isto não é possível. Nossa dica foi de que participem cada vez mais de eventos como estes promovidos pela Embrapa, Ajap e também por nossas parceiras, como a Faep, Ocepar, Iapar, Emater e outras instituições”, frisou. De acordo com Milléo, esta parceria com a Embrapa continua até 2009 com a realização de 20 seminários gratuitos em regiões pólo que concentram a produção jornalística e as faculdades de comunicação do Paraná. No segundo semestre acontece mais uma rodada de seminários nas mesmas cidades com outro tema: Agrofloresta. Informações pelo site www.secoagro.com.br. ■

Linha Temperados



Copacol

Receita para ser Feliz

Conheça o lançamento mais saboroso
que a Copacol preparou para você!



45 3241-8080 | www.copacol.com.br

Nova Produtiva forma primeira turma da Universidade Corporativa

A Cooperativa Agroindustrial Nova Produtiva realizou no dia 21 de maio, em Astorga (PR), a solenidade de formatura da primeira turma da Universidade Corporativa. O treinamento teve duração de 303 horas-aula, acrescidas de período dedicado ao desenvolvimento de projetos de interesse da cooperativa, habilitando quinze alunos. Participaram da comemoração os presidentes, Tácito Barduzzi Júnior (Nova Produtiva) e Albino Mazzaro (Cocafé), o vice-prefeito de Astorga, Paulo Rissato, a Secretária Municipal de Educação, Isis Furtado e os gerentes de Desenvolvimento Humano, Leonardo Boeche (Sescoop-PR) e Jacydio Rissato (Nova Produtiva).



Foto: Assessoria Nova Produtiva

Copagra reúne produtores de mandioca



Foto: Assessoria Copagra

Cerca de 200 produtores acompanharam o 2º Encontro Regional Copagra de Mandiocultores, realizado no dia 31 de maio, em uma área experimental de 220 hectares da Fazenda Caramuru, em Nova Londrina. O posicionamento de 14 variedades, adubação, produção e renda, o controle químico de plantas daninhas e a adubação diferenciada na cultura da mandioca foram alguns dos assuntos tratados. “É muito importante reunir os associados, mostrar novas tecnologias, reciclar informações, enfim, transmitir conhecimento sobre as culturas de interesse de nosso cooperado”, afirmou Miguel Rubens Tranin, o presidente da cooperativa Copagra.

Sicredi está no Top Five do Banco Central

O Sicredi – Sistema de Crédito Cooperativo é líder entre as cinco melhores instituições em projeções econômicas do País em taxa de juros e de câmbio. É o Top Five Banco Central, ranking formado pelo desempenho em assertividade nas projeções de 100 organizações ligadas ao setor financeiro. Há 11 meses, o Sicredi aparece ininterruptamente no ranking, tendo obtido a primeira colocação em sete vezes. “Estar entre os líderes num momento de incerteza sobre a economia brasileira e internacional é um grande desafio, e o Sicredi tem demonstrado estar preparado para atuar no mercado em diferentes cenários”, afirmou Paulo Chananeco F. de Barcellos Neto, diretor adjunto de Economia e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A. Atualmente, o Sicredi opera com mais de mil pontos de atendimento em 10 estados brasileiros e possui 1,3 milhão de associados.

Cooperlac inaugurou indústria

A Cooperlac Cooperativa Agroindustrial, com sede em Toledo, inaugurou no início de maio indústria de alimentos localizada na rodovia PR-T 163, entre Toledo e Três Bocas, com capacidade de produção de 4 mil toneladas/mês. O projeto demandou investimentos de mais de R\$ 5 milhões. Com a indústria, a cooperativa quer assegurar a disponibilidade de rações fornecidas aos suínos, objetivando a melhoria da conversão alimentar. A cooperativa atua com leite e suínos e tem seis unidades: em Toledo (sede e indústria), em Nova Santa Rosa, em Catanduvas, em Guaraniaçu e em Laranjeiras do Sul. Sua área de atuação abrange 32 municípios do Paraná.

Paraná e Mato Grosso terão vazio sanitário para soja

Entre 15 de junho e 15 de setembro, os produtores do Paraná e o do Mato Grosso devem aderir ao vazio sanitário, período de proibição de soja no campo durante a entressafra. O objetivo é reduzir a quantidade de fungos da ferrugem asiática. No total, em 2008, são nove os estados que terão vazio sanitário: MT, GO, MS, TO, SP, MG, MA, BA e PR (veja calendário abaixo). O vazio sanitário está sendo implantando, pela primeira vez este ano, no Paraná e na Bahia. No Paraná, a implantação está sendo feita através da Resolução 120/2007.

A regra geral para todas as regiões é a proibição de cultivo da soja no período estabelecido e também a eliminação de soja voluntária ou tigüera (plantas originárias dos grãos caídos no solo). Em safras passadas, a soja voluntária e as sementeiras de soja irrigada, na entressafra, serviram como uma "ponte verde" para a permanência do fungo no ambiente, causando a incidência precoce da doença na safra de verão.

O vazio sanitário é uma estratégia adicional no manejo da ferrugem asiática da soja (causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi*), que objetiva reduzir a quantidade de esporos do

Foto: Arquivo Ocepar



fungo na entressafra e, dessa forma, atrasar as primeiras ocorrências da doença durante a safra de verão. O vazio sanitário foi implantado pela primeira vez no Brasil em 2006, no Mato Grosso, em Goiás e em Tocantins, e os resultados foram considerados bastante positivos. A partir de 2007, foi adotado também pelo Mato Grosso do Sul, por São Paulo, Minas Gerais e pelo Maranhão, seguindo instruções normativas estaduais.

Confira o calendário para o estabelecimento do vazio sanitário por estado:

MT - 15/06 a 15/09, PR - 15/06 a 15/09, GO - 01/07 a 30/09, MS - 01/07 a 30/09, TO - 01/07 a 30/09, SP - 01/07 a 30/09, MG - 01/07 a 30/09, MA - 15/08 a 15/10, BA - 15/08 a 15/10

Colaboradores da Corol participam de imersão ao cooperativismo



Vinte e nove colaboradores da cooperativa Corol, de Rolândia, visitaram no dia 19 de maio, a sede do Sistema Ocepar, em Curitiba. Além de conhecer as instalações, o grupo assistiu a uma apresentação sobre a importância do cooperativismo no desenvolvimento econômico e social do Paraná, e também sobre o papel e funcionamento da Ocepar, SESCOOP e FECCOOP. A visita fez parte do programa de imersão ao cooperativismo organizado pela Cooperativa Paranaense Turismo (COOPTUR), que também inclui visitas aos municípios de Carambeí e Castro, onde estão sediadas as cooperativas Batavo e Castrolândia e a Fundação ABC.

Homenagem ao Dia do Trabalho



Foto: Assessoria Corol

A comemoração do Dia do Trabalho na Corol Cooperativa Agroindustrial, realizada na sede recreativa da Arcol – Associação Recreativa dos Funcionários da Cooperativa, reuniu três mil participantes, dentre funcionários e familiares. A programação incluiu torneio de futebol suíço, campeonato de truco, brinquedos para recreação infantil, sorteio de prêmios, almoço de confraternização, show sertanejo e apresentação de magia. Durante o evento, foram homenageados os colaboradores que completaram vinte anos de dedicação à cooperativa. Airton Jesus Liberatti, que há 36 anos é contratado da Corol, destacou-se por ser o mais antigo colaborador.

Definidas datas do Encontro de Núcleos

O Sistema Ocepar já definiu as datas para o Encontro de Núcleos Cooperativos, evento que reúne presidentes, dirigentes, líderes, cooperados e colaboradores. A série de encontros inicia-se no dia 30 de junho, pela região Centro Sul, tendo como cooperativa anfitriã a Capal, de Arapoti. Os demais encontros acontecem no Sudoeste, no dia 1º de julho, na Coopertradição, de Pato Branco; no Oeste, na Copacol, de Cafelândia, e no Norte e Noroeste, tendo como anfitriã a Coagru, de Ubitatã. "Vamos analisar a gestão de negócios das cooperativas, apresentar propostas para o Planejamento 2008 e também ouvir um relato das ações e projetos em andamento", revela o superintendente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken. A programação do Encontro também inclui uma palestra com o assessor da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Daniel Amin Ferraz.

Inscrições – As inscrições para o Encontro de Núcleos Cooperativos devem ser feitas pelo Agente de Desenvolvimento Humano responsável pela cooperativa diretamente no site www.ocepar.org.br. Informações com Jussara ou Neuza Oliveira, pelos telefones (41) 3200-1104 ou 3200-1105, e-mails ocepar@org.br e secretaria@ocepar.org.br

Cooperativistas de Goiás visitam o Paraná

Com a finalidade de estreitar laços de cooperação e firmar intercâmbios e parcerias entre os estados do Paraná e Goiás, um grupo de 10 pessoas - entre dirigentes e colaboradores das cooperativas Agrovale e também da Comigo, ambas do Estado de Goiás e profissionais da OCB-GO - esteve no Paraná no dia 28 de maio visitando cooperativas e também a sede do Sistema Ocepar/Sescoop Paraná. O grupo visitou no dia 28 a cooperativa Bom Jesus, no município da Lapa, quando foram recebidos pelo presidente, Luiz Roberto Baggio, que fez uma apresentação da cooperativa e do seu funcionamento.

Na manhã do dia 29, o grupo veio até o Sistema Ocepar, tendo sido recepcionado pelo superintendente, José Roberto Ricken. Na ocasião foi apresentado ao grupo a sistemática de funcionamento, tanto da Ocepar, como do SESCOOP Paraná e da Fecoopar. Ricken disse que o cooperativismo paranaense sentia-se orgulhoso em receber os cooperativistas e que o Paraná tem uma admiração pelo trabalho que está sendo realizado pelo cooperativismo goiano.

Segundo Valéria Mendes da Silva, superintendente da OCB-GO, o grupo estava muito ansioso por esta visita ao Paraná. "Conheço um pouco do trabalho que aqui é realizado e acredito que muitas das experiências que veremos podem ser implantadas no cooperativismo goiano".

Freitas é reeleito presidente da OCB



Foto: Assessoria OCB

de Ética e Fiscal, também eleitos na mesma Assembléia, junto com o Conselho Diretor têm mandato até 2012. O diretor-presidente, por sua vez, foi indicado pelo Conselho Diretor e aprovado pelos participantes da Assembléia, conforme o novo modelo de governança da OCB.

Coordenação - Nos termos do Estatuto Social da OCB, coube à Comissão Eleitoral a coordenação da Assembléia. Essa comissão é integrada pelo coordenador jurídico da OCB, Marco Aurélio Kaluf, e pelos superintendentes do Paraná, José Roberto Ricken, e de Goiás, Valéria Mendes da Silva. Foram eleitos seis integrantes do Conselho de Ética, seis do Conselho Fiscal e dez do Conselho Diretor. Este é integrado por cinco vice-presidentes e cinco conselheiros,

Vinte e sete presidentes de unidades estaduais, entre os quais o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, e membros do Conselho de Administração da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) participaram no dia 30 de abril da Assembléia Geral Ordinária (AGO) da entidade, que aconteceu na Casa do Cooperativismo, em Brasília (DF). Após a eleição do Conselho Diretor, nova denominação do órgão deliberativo da instituição, os diretores vice-presidentes e conselheiros decidiram pela permanência de Márcio Lopes de Freitas à frente da presidência da entidade. Os conselhos

todos diretores da OCB, sendo cada um deles representante das respectivas regiões do País. A suplência nesses órgãos abrange três integrantes de cada conselho de Ética e Fiscal, e no caso do Conselho Diretor, cinco membros.

Homenagem - Antes da AGO, dirigentes de todas as unidades do Sistema OCB e colaboradores da Casa do Cooperativismo participaram de uma missa solene, que contou com a presença de familiares e amigos de Ramon Belisário, numa homenagem póstuma ao superintendente Técnico do Sistema OCB.

Uniodonto promove 8ª Feira de Negócios

Entre os dias 11 e 12 de julho, a Uniodonto Curitiba realiza na capital paranaense, no Estação Embratel Convention Center, Piso Poty, 9º andar, a 8ª Feira de Negócios. O encontro, que conta com o apoio do Sescop-PR, é direcionado a dentistas e ao público interessado; reunirá representantes de produtos e equipamentos odontológicos e prestadores de serviços que apresentarão as últimas novidades do setor. Também estão programadas apresentações técnicas e conferências com palestrantes de renome como Lars Graef, Renato Follador, Marcelo Ortega, Rodrigo Cardoso e Maurino Veiga. O participante interessado em assistir às palestras deve efetuar inscrição prévia pelos seguintes

telefones de atendimento: (41) 3371-1935/1937/1940/1950. A organização do evento espera receber 2000 visitantes. A Feira deste ano, a exemplo dos anos anteriores, terá uma temática voltada à ação social, o ingresso para a feira será um quilo de alimento não-perecível que será revertido às entidades assistenciais apoiadas pela Uniodonto. Cirurgiões-dentistas cooperados não terão custo para assistir às palestras técnicas; cirurgiões-dentistas não-cooperados terão custo de R\$ 20,00 por palestra técnica; empresas e beneficiários não terão custo. O programa completo da Feira está disponível no site da Uniodonto Curitiba: <http://www.uniodontocuritiba.com.br>

Biblioteca do Sistema Ocepar disponibiliza acervo

A Biblioteca do Sistema Ocepar está à disposição para empréstimo de obras para cooperados e colaboradores de cooperativas registradas na Ocepar. Para as cooperativas localizadas em Curitiba, o empréstimo é por atendimento direto no local. Para cooperativas fora de Curitiba, faz-se necessário que o interessado encaminhe seu pedido via e-mail para sigrid@ocepar.org.br, indicando nome completo, cooperativa, função, telefone e e-mail para contato, responsabilizando-se pelas despesas advindas do envio e devolução das obras via sedex, comprometendo-se com a devolução do livro incólume, bem como aceitação dos prazos estipulados.

Acadêmicos externos (somente de Curitiba e Região Metropolitana) serão atendidos exclusivamente quando a publicação for sobre o assunto "Cooperativismo", através de empréstimo interbibliotecário, ficando a responsabilidade pelo empréstimo a cargo do profissional bibliotecário da respectiva instituição de ensino.

A Biblioteca do Sistema Ocepar está informatizada e seu acervo poderá ser consultado no site da Ocepar, (www.ocepar.org.br) no menu Biblioteca.

Confira resenha de duas obras do acervo do Sistema Ocepar:

MACPHERSON, Ian. Princípios cooperativos para o século XXI. Florianópolis, Ocesc, Sescop/SC, 2003. 98 p.

Os cooperativistas que quiserem conhecer mais a fundo o motivo das diversas reformulações dos Princípios Básicos do Cooperativismo, cujas raízes remontam aos pioneiros de Rochdale e que em sua essência continuam basicamente os

mesmos, devem ler e refletir sobre o conteúdo desta publicação. O autor é historiador canadense e um dos maiores pensadores cooperativos da atualidade. A publicação original foi feita pela Aliança Cooperativa Internacional e a versão brasileira é uma colaboração da Ocesc e do Sescop/SC. O livro aborda a Identidade Cooperativa, analisa cada um dos Princípios e Valores individualmente e traça um prognóstico, as ameaças e os desafios para as cooperativas no século XXI.

BENECKE, Dieter W. Cooperação e desenvolvimento; o papel das cooperativas no processo econômico nos países do terceiro mundo. Porto Alegre, Coojornal, Recife, Assocene, 1980. 240 p. (Coleção Cooperativismo. Debate, 2).

Livro editado originalmente em 1972 na Alemanha e traduzido em 1980 para o português, e mesmo apresentando alguns capítulos desatualizados devido à dinâmica política ocorrida nestas últimas décadas, ainda hoje se destaca pela análise das características, condições operacionais, funções e resultados econômicos e sociais da cooperação e da atividade cooperativista.

Os capítulos sobre a função da cooperativa para a dinamização da concorrência e sua importância para a estratégia do crescimento dos países, além da discussão de como as cooperativas possibilitam maior permeabilidade da economia para inovações, integrando consumidores e produtores como força ativa para o processo de desenvolvimento e fomentando ao mesmo tempo a integração macroeconômica, continuam extremamente atuais e interessantes para todos os que se interessam pelo desenvolvimento do cooperativismo.

(Colaboração: Sigrid U. L. Ritzmann)



CONHECIMENTO, SEGURANÇA E INTEGRAÇÃO

 Foz do Iguaçu - Mabu Thermas & Resorts
 22 a 25 de maio de 2008.


Fotos: Assessoria Unimed

Encontro reuniu dirigentes, cooperados, colaboradores e convidados que debateram temas de interesse do setor

Suespar reúne mais de 600 pessoas em Foz

O maior evento das Unimed do Paraná acontece pelo 16º ano consecutivo e repete sucesso de outras edições

“Paraná em Evolução: Conhecimento, Segurança e Integração” foi o tema do 16º Suespar (Simpósio das Unimed do Estado do Paraná), que aconteceu no Mabu Thermas e Resort, em Foz do Iguaçu, nos dias 22,

23 e 24 de maio. O evento reuniu, entre dirigentes, cooperados, colaboradores e convidados cerca de 600 pessoas. Além das discussões técnicas e de palestra ministrada pelo médico Içami Tiba, sobre relacionamento familiar, temas como re-

ursos próprios, gestão por competências, Balance Scorecard, processos compartilhados, liberdade de atuação do médico, os princípios cooperativistas e equilíbrio econômico-financeiro da sociedade cooperativa também foram debatidos durante



o Suespar.

Também houve programação social com objetivo maior de promover a troca de informação e a integração entre os participantes das várias Unimed presentes. Na abertura solene, que aconteceu na noite do dia 22, o presidente da Federação Unimed PR, Orestes Barrozo Medeiros Pullin falou sobre a importância do Simpósio. Segundo ele, o Suespar tem sido o fórum responsável pelo grande salto que o Sistema Unimed tem dado no âmbito do Paraná. “E a cada ano, novos desafios, cada vez mais complexos, são acrescidos à discussão e busca de soluções. Além dos advindos da regulação do setor, temos as necessidades de realização de reservas e de aumento no patrimônio líquido de nossas cooperativas e o engessamento de nossas receitas devido ao escandaloso controle nos preços dos



Mudanças no mercado, concorrência crescente e novas oportunidades para as cooperativas foram alguns dos temas discutidos pelos participantes do Simpósio

nossos contratos de pessoas físicas. Sem contar, mais recentemente, o aumento obrigatório na oferta de benefícios sem a contrapartida financeira”.

O presidente da Unimed PR lembrou a concentração do mercado nas mãos de algumas grandes corporações mercantis que atuam no setor da Saúde Suplementar, que se capitalizaram e passaram a absorver pequenas operadoras que não estão conseguindo sobreviver à regulação. Citou os projetos de lei que estão em tramitação no Congresso Nacional e a esperança de que sejam pacificadores das questões tributárias.

Mercado em expansão – Para Barrozo, muitos desafios vêm do próprio mercado de planos de saúde, com o fortalecimento de alguns concorrentes e a saudável inserção de consumidores das chamadas classes C e D obrigando algumas cooperativas a também se posicionarem neste segmento. Para o dirigente, a harmonização desta nova realidade com a atividade profissional dos cooperados precisa ser debatido. “Um novo modelo assistencial precisa ser discutido de forma madura com nossos cooperados. E entre estes novos modelos assistenciais, a discussão de verticalização, em seus vários aspectos terá que ser enfrentada”.

O médico citou ainda os desafios

relacionados à integração das Singulares entre si, com a Federação e com as demais organizações do Sistema Nacional Unimed. “Embora já tenhamos evoluído muito nos processos de integração entre nossas cooperativas, sendo o Paraná apontado como modelo, em várias situações, ainda encontramos algumas dificuldades na busca de soluções compartilhadas ou centralizadas. Envolver todos os escalões operacionais e fazê-los ativos participantes destes processos é um ponto fundamental de discussão”, salientou.

Com a presença de Celso Correa de Barros, presidente da Unimed do Brasil, Orestes lembrou os desafios enfrentados pela Confederação Nacional que culminaram com a reunificação do Sistema Nacional Unimed e pediu aos dirigentes de todas as Federações presentes para que tomassem para si a responsabilidade de fazer com que o processo sucessório - que deverá acontecer no próximo ano, no âmbito da Unimed do Brasil - ocorra de forma tranqüila e responsável, lembrando, como sempre, os interesses maiores dos médicos cooperados e o bem das empresas do complexo, de tal forma que a Unimed continue a ser o que é para seus beneficiários: uma empresa ética, séria e comprometida com a qualidade no ramo de Saúde Suplementar. ■



Palestras tiveram como foco a elevação da auto-estima e a troca de experiências entre as participantes

Encontro

reúne 120 líderes femininas

Promovido pelo Sescop-PR em parceria com a Integrada, evento buscou fortalecer a identidade cooperativista

O Sescop-PR realizou, em Londrina, no mês de maio, o 4º Encontro de Lideranças Cooperativistas Feminino (Elicoop). O evento, organizado em parceria com a Integrada Cooperativa Agroindustrial, reuniu 120 mulheres de 12 cooperativas paranaenses em dois dias de palestras e troca de experiências. Com o objetivo de proporcionar maior interação entre as mulheres cooperativistas, o Elicoop deste ano teve como tema “A importância da mulher e da família no fortalecimento da identidade cooperativista”. As palestras foram focadas na elevação da auto-estima e valorização da mulher no dia-a-dia da cooperativa.

O encontro contou com a participação de cooperadas, esposas e filhas de cooperados que, além de trocar experiências sobre os trabalhos realizados em cada cooperativa, também têm o compromisso

de formatar o conteúdo para o próximo Encontro Estadual das Mulheres Cooperativistas, realizado pelo Sescop.

Para o coordenador da área Desenvolvimento Humano do Sescop-PR, Humberto César Bridi, a receptividade por parte das participantes foi muito boa. “Essa é uma oportunidade de adquirir novos conhecimentos e elas voltam mais fortalecidas para continuar o trabalho dentro das cooperativas”, analisa Bridi.

Além da oportunidade de se aprofundar na vivência cooperativista, o encontro também tem um importante papel social, lembra o coordenador do Sescop-PR. “Um evento como esse também é uma chance delas saírem um pouco da rotina, já que muitas vivem em pequenas propriedades e trabalham duro nas tarefas do dia-a-dia”, diz Humberto

Bridi.

É o caso da coordenadora do Núcleo Feminino da Integrada de Ubitatã, Vilma Salvetti. Ela já participou de três eventos e, a cada Elicoop, leva um pouco mais de conhecimento para repassar a outras integrantes do Núcleo. “Tudo é um aprendizado e é importante notar que está crescendo a participação feminina dentro do sistema cooperativista”, comenta Salvetti.

Outro ponto importante destacado pela representante da Integrada é a possibilidade de conhecer os trabalhos realizados pelas outras lideranças femininas. “Em encontros assim, trocamos muita experiência e conhecemos o trabalho que está sendo feito por outras cooperativas. Assim, levamos mais bagagem para o nosso trabalho”, completa a cooperada da Integrada. ■

Todos os dias,
colocando
qualidade e beleza
à sua mesa.



www.cvale.com.br



Foto: Arquivo Ocepar

A livre admissão de associados favorece o maior desenvolvimento das cooperativas de crédito do Paraná

Livre admissão ganha força no Paraná

Quatorze cooperativas migraram para o sistema que permite a adesão de qualquer cidadão, sem vínculo com categorias profissionais

Depois de sobreviverem às duras restrições ao funcionamento das cooperativas de crédito entre 1965 a 1992, as cooperativas de crédito vivem um novo momento, onde a regulamentação permite que, cumpridas algumas exigências, associem qualquer cidadão ou pessoa jurídica. O Sicredi, o maior sistema existente no Paraná, já tem 13 cooperativas de crédito atuando como cooperativas de livre admissão de associados. E tem outro projeto de conversão aprovado e dois outros em análise no Banco Central. O Sicoob constituiu, no final de maio, em Pato Branco, a primeira cooperativa de livre admissão e tem mais dois projetos sendo analisados pelo BC.

Para o presidente da Central

Sicredi Paraná, Manfred Dasenbrock, a conversão das cooperativas de crédito rural em cooperativas de livre admissão de associados concretiza o compromisso do cooperativismo de crédito “de oferecer a todos os cidadãos uma alternativa de gestão democrática de seus recursos e de busca de opções de crédito de menor custo”. Para Manfred, a livre admissão é uma conquista “que não teria ocorrido se o cooperativismo de crédito não tivesse demonstrado eficiência e segurança”. O gerente de desenvolvimento e supervisão do Sicoob Central Paraná, Armando Hammerschmitt, afirma que a livre admissão pulveriza os riscos. “Se concentrarmos a atuação de uma cooperativa em um único setor, se o setor entrar em dificuldades, a

cooperativa pode se inviabilizar”, diz.

A migração também tem uma vantagem financeira: a economia com tributos sobre operações classificadas como ato não cooperativo, ou a operação com não associados. Mas, para atenderem a demanda dos novos públicos, inclusive pessoas jurídicas, as cooperativas precisam se especializar, ter profissionais mais bem preparados para atuarem em todos os produtos e serviços, competindo com sistemas financeiros experientes. À medida que demonstrarem competência, ampliarão sua competição no mercado, contribuindo para a redução dos custos dos produtos e serviços.

A livre admissão – Até o ano de 2003, só podiam ser constituídas coope-

rativas de crédito para operar dentro de categorias profissionais específicas ou entre empregados de empresas públicas e privadas, como agricultores, profissionais da saúde, funcionários públicos, entre outros. A Resolução 3.106, de junho de 2003, permitiu que as cooperativas se transformassem em livre admissão de associados, isto é, acabavam as restrições anteriores. Mas estabelecia alguns critérios para a cooperativa pleitear essa condição, entre os quais o tempo de constituição, limite da população da área de ação e o capital social. Hoje, no Paraná, Curitiba é o único município onde não pode haver cooperativa de livre admissão por transformação, por ultrapassar limite populacional estipulado pelo Banco Central para as capitais, que é de 1,5 milhão de habitantes. Mas já opera em Colombo, e com área de ação para outros municípios da Região Metropolitana de Curitiba – exceto Curitiba –, a Copercredi, que é de

livre admissão.

Valorização das centrais – Nos últimos anos, em função da expansão e da profissionalização das cooperativas de crédito, houve uma aceleração nas alterações da legislação reguladora do setor visando atender aos pleitos do sistema. Em boa parte, a ampliação da flexibilização tem uma razão: o apoio das cooperativas centrais na organização do sistema. Segundo o próprio Banco Central, as cooperativas centrais não executam apenas “tarefas de cunho diretamente financeiro, mas também aquelas relacionadas com assunção plena de suas funções de apoiadoras e controladoras dos sistemas associados, estas tão relevantes quanto aquelas, na medida que contribuem diretamente para o desenvolvimento, em bases sólidas, com elevação dos padrões de qualidade do sistema, como capacitar dirigentes, organizar fundos garantidores e produzir relatórios de controles internos”. ■

Ditadura restringiu setor

A Resolução 11 do Conselho Monetário Nacional, de dezembro de 1965, editada pelo governo de regime militar, admitia apenas duas possibilidades de constituição de cooperativas de crédito: de produtores rurais, com objetivo de operar crédito rural; e de empregados de determinada empresa pública ou privada. No entanto, era vedada a operação de crédito fora da sede social. E em 1968 publicou a Resolução 99, que determinou a extinção de agências, filiais e escritórios das cooperativas de crédito, o que foi considerado um golpe de misericórdia para o cooperativismo de crédito, que assim mesmo resistiu e retomou o crescimento nos anos 80.

O Melhor Alimento para o seu animal

Nutrição e Saúde num só produto



Rações



INTEGRADA
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

Bovinos, Equinos, Ovinos, Aves, Peixes, Cães, Suínos e Coelhoos

A Venda nas Unidades da Integrada e Lojas Especializadas



Alair Zago, gerente: avanço tecnológico

Cocamar conquista Prêmio Internacional

Cooperativa foi a primeira empresa brasileira a ter um *case* selecionado para disputar este prêmio nos Estados Unidos

A Cocamar Cooperativa Agroindustrial de Maringá conquistou no dia 21 de maio, em Houston (EUA), durante a sessão programática do Citrix Synergy, congresso promovido pela multinacional Citrix Systems, o Prêmio Citrix Inovação 2008. “A mais importante premiação obtida pela cooperativa em toda a sua história mostra o seu avanço tecnológico”, avalia o diretor secretário Divanir Higino da Silva. A Cocamar foi um dos 42 cases de empresas consideradas inovadoras, em todo o mundo, selecionados pela Citrix. Uma seleção prévia apontou 12 semifinalistas, dos quais apenas três concorreram ao prêmio que está em sua terceira edição. A cooperativa de Maringá concorreu com duas companhias norte-americanas: a Bechtel, com atuação mundial na área de construção civil e gerenciamento de projetos, e a Mutual, uma seguradora também de operação

internacional.

Expectativa – A escolha do vencedor ocorreu em duas frentes: de um lado, a votação pela internet, feita entre os dias 12 e 20 por internautas de mais de 100 países, onde a Citrix está presente e divulgou o concurso. De outro, a palavra final dos congressistas que estavam no evento em Houston. Segundo os gerentes Alair Zago e Marcos Enomodo, da Cocamar, convidados pela Citrix para o congresso, a expectativa era muito grande por parte também dos representantes das outras empresas concorrentes. O assessor de imprensa da Citrix, André Larrubia, disse que a unidade brasileira da companhia “ficou especialmente feliz com a conquista da Cocamar”. Ele lembrou que, pela primeira vez, uma empresa da América Latina não apenas figurou entre os finalistas como ficou com o primeiro lugar.

Case – Tudo começou quando, no segundo semestre do ano passado, a Cocamar decidiu investir R\$ 800 mil na compra de 400 aplicativos thin client para aperfeiçoar e tornar mais ágil as informações referentes ao recebimento das safras. Optou pelos equipamentos da empresa multinacional norte-americana Citrix, líder mundial em tecnologia de informação. A implantação dos novos sistemas aconteceu no final de 2007 e início de 2008, totalizando 45 dias. Mas o que parecia ser algo corriqueiro para a Cocamar, chamou a atenção da Citrix: primeiro, pela rapidez da implantação; segundo, por ser uma cooperativa de produtores rurais, onde os produtos daquela multinacional ainda são pouco comuns; terceiro, pelas características de uso dos computadores (em meio a um ambiente hostil, com poeira, calor e vibração, o que é mortal para outros tipos

de equipamentos); e, quarto, os benefícios gerados com o uso dos produtos: era o fim da problemática manutenção, sem falar da maior fluidez das informações, o que contribuiu para reduzir as filas de caminhões.

A Citrix ficou tão empolgada com a história que procurou a Cocamar para que esse case da cooperativa fosse inscrito no prêmio internacional que tinha por objetivo, justamente, destacar as vantagens de seus equipamentos. Logo em seguida, uma produtora de vídeos dos Estados Unidos veio a Maringá especialmente para fazer um filme da cooperativa. No dia 2 de maio, uma coletiva com a imprensa foi organizada em Maringá para abordar o assunto, iniciando aí um longo período de expectativa. Entre os dias 12 e 20 de maio, a Citrix abriu uma página em seu site para que internautas de todo o mundo assistissem aos vídeos da Cocamar e de outras duas empresas concorrentes, na etapa final. ■

Doação de 200 mil mudas de árvores

Em contrapartida à votação que recebeu dos internautas que a qualificou para vencer o Prêmio Citrix Innovation Award 2008, a Cocamar decidiu fazer a doação de 200 mil mudas de árvores de espécies nativas que vão ser destinadas à reposição de mata ciliar em municípios de sua região. O anúncio foi feito pelo vice-presidente da cooperativa, José Fernandes Jardim Júnior, logo após saber do resultado. Durante campanha para obtenção de votos ao prêmio, realizada de 12 a 20 de maio, a Cocamar havia se comprometido a fazer a doação de uma muda de árvore para cada voto que recebesse. Segundo Jardim, metade será distribuída em 2008 e a outra metade em 2009. As mudas vão ser produzidas por alunos da APAE e também por internos da Penitenciária Estadual de Maringá, como parte do Projeto "Cultivar". Desde 2006, incluindo o trabalho do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), o projeto já distribuiu mais de 1 milhão de mudas de árvores para o mesmo fim.

Florestamento - A Cocamar informou também que em seu programa de fomento ambiental está previsto o florestamento de 2,1 mil hectares com 3,5 milhões de mudas de eucalipto nos próximos sete anos em municípios da região. De acordo com o assessor ambiental Osvaldo Danhoni, está previsto o plantio de 300 hectares por ano, em média.



Revista Paraná Cooperativo em versão Digital

Saiba você também como multiplicar o alcance de suas publicações

Uma das mais bem elaboradas publicações do agronegócio brasileiro, a revista Paraná Cooperativo agora está de corpo inteiro na Internet. O Sistema Ocepar utiliza o Real Paper para apresentá-la a leitores de todo o mundo, igualzinha à versão de papel, mas sem gastar em impressão ou taxas de correio.

Com o Real Paper, qualquer publicação (revista, jornal, relatório, anuário, folder...) pode ser disponibilizada em versão digital que recupera a sensação de estar folheando a revista impressa. Com o Real Paper, a sua publicação ganha ainda mais vida, através da inserção de entrevistas

e depoimentos em vídeos, animações e ainda sistema de busca por palavras-chave, auto-flip, impressão da página inteira ou só de áreas selecionadas.

O Real Paper disponibiliza também relatórios completos de visitas, com informações como: ranking das matérias mais visitadas, tempo de permanência em cada uma delas, número de visitantes por dia, palavras-chave mais buscadas, entre outras. Além de todas estas vantagens, a atualização do conteúdo é feita sem custos adicionais, sem depender de terceiros, pelos seus próprios profissionais, como no Sistema Ocepar.



www.sistemarealpaper.com.br - (45) 3326-9375



Sistema Real Paper é tudo o que sua Cooperativa precisa para fortalecer a comunicação com o crescente mundo de leitores virtuais. Confira esta inovação tecnológica no site www.ocepar.org.br ou www.sistemarealpaper.com.br/ocepar

INDICADORES ECONÔMICOS



INDICADORES CONJUNTURAIS DA ECONOMIA ÚLTIMOS 12 MESES

Indicadores	Unidade	Mai 08	Abr 08	Mar 07	Fev 08	Jan 08	Dez 07	Nov 07	Out 07	Set 07	Ago 07	Jul 07	Jun 07	Mai 07	Ano 07	Ano 06	Ano 05	Ano 04	Ano 03	Ano 02
Taxa inflação	IPCA	0,79	0,55	0,48	0,49	0,54	0,74	0,38	0,30	0,18	0,47	0,24	0,28	0,28	4,46	3,14	5,69	7,60	9,30	12,53
	IGP-Di	1,88	1,12	0,70	0,38	0,99	1,47	1,05	0,75	1,17	1,39	0,37	0,26	0,16	7,90	3,80	1,23	12,13	7,66	26,41
Taxa desemp.	%	8,40	8,50	8,60	8,70	8,00	7,40	8,20	8,70	9,00	9,50	9,50	9,70	10,10	9,29	9,98	9,83	11,48	12,32	7,14
Taxa de câmbio	R\$/US\$	1,66	1,69	1,71	1,73	1,77	1,78	1,77	1,80	1,90	1,96	1,88	1,93	1,98	1,95	2,18	2,43	2,93	3,08	2,92
Taxa Selic	%	11,75	11,75	11,75	11,25	11,25	11,25	11,25	11,25	11,50	11,50	11,50	12,00	12,50	11,25	13,25	18,00	17,75	16,50	25,00
TJLP	%	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,50	6,50	6,25	6,50	9,75	9,75	11,01	10,00
TR	%	0,074	0,096	0,041	0,024	0,101	0,064	0,059	0,114	0,035	0,147	0,147	0,095	0,169	0,120	0,168	0,233	0,150	0,379	0,231
Balança Com.	Bi US\$	4,08	1,74	1,01	0,88	0,94	3,64	2,03	3,44	3,47	3,54	3,35	3,82	3,87	40,04	46,07	44,70	33,64	24,79	13,12
Res. Internac.	Bi US\$	197,92	195,77	195,23	192,90	187,51	180,33	177,06	167,87	162,96	161,10	155,91	147,10	136,42	180,33	85,84	53,80	52,93	46,56	37,06

Fonte: IPEA/Data, IBGE, Banco Central, Mdic. Elaboração: Ocepar/Getec, maio/2008.

* provisório para maio/08

** reajustada para 12,255 a.a. em 5 de junho de 2008.

INDICADORES DE PREÇOS DO AGRONEGÓCIO ÚLTIMOS 12 MESES

Indicadores	Unidade	Mai 08	Abr 08	Mar 08	Fev 08	Jan 08	Dez 07	Nov 07	Out 07	Set 07	Ago 07	Jul 07	Jun 07	Mai 07	Ano 07	Ano 06	Ano 05	Ano 04	Ano 03	Ano 02
Algodão caroço	R\$/@	14,81	15,01	14,75	14,74	14,73	14,74	14,76	14,74	14,77	14,76	14,58	14,69	14,63	14,42	13,15	13,22	17,03	17,50	9,96
Café em coco	kg/renda	3,62	3,62	3,78	3,90	3,72	3,63	3,47	3,63	3,67	3,56	3,39	3,36	3,30	3,57	3,46	3,61	2,82	2,31	1,56
Milho	R\$/Sc	20,13	20,02	19,86	20,71	22,20	24,94	22,82	19,39	19,58	16,34	14,14	14,60	14,54	17,53	12,59	14,35	15,53	15,73	13,90
Soja	R\$/Sc	40,86	40,97	43,28	44,37	42,06	40,11	37,91	35,13	33,87	30,20	27,64	27,30	27,03	31,12	25,31	27,56	38,42	37,42	25,69
Trigo	R\$/Sc	41,01	41,00	38,55	34,73	33,03	30,26	29,98	32,12	34,08	29,92	26,56	25,78	25,31	27,83	21,37	19,57	24,51	27,24	29,49
Cana-de-açúcar	R\$/t	28,13	28,17	28,62	28,48	28,54	27,93	27,29	27,83	28,21	27,79	27,93	29,54	32,63	30,64	34,04	28,24	25,77	26,04	20,02
Mandioca	R\$/t	161,21	158,07	156,83	163,68	163,14	160,75	158,94	151,92	140,69	123,12	120,32	120,44	133,37	137,94	88,86	115,02	238,10	197,95	59,08
Boi gordo	R\$/@	75,41	71,88	69,67	68,12	68,54	69,45	66,82	59,92	58,40	60,08	57,25	52,57	51,55	57,07	48,86	50,76	55,89	54,14	45,41
Frango vivo	R\$/kg	1,62	1,48	1,50	1,54	1,58	1,54	1,49	1,47	1,44	1,43	1,37	1,29	1,27	1,38	1,18	1,36	1,44	1,37	1,02
Leite cota	R\$/l	0,67	0,62	0,59	0,58	0,58	0,58	0,61	0,65	0,70	0,68	0,62	0,53	0,49	0,55	0,43	0,46	0,45	0,41	0,30
Suíno raça	R\$/kg	2,28	2,26	2,27	2,13	2,21	2,37	2,10	1,98		1,68	1,49	1,48	1,40	1,68	1,42	2,13	2,24	1,59	1,17

Fonte: Seab/Deral, Elaboração: Ocepar/Getec - abril/2008. Preços médios mensais e anuais recebidos pelos produtores paranaenses.

INDICADORES DO COOPERATIVISMO

Indicadores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Faturamento (bilhões R\$)	6,49	8,02	11,21	15,50	18,00	16,5	16,5	18,5
Cooperativas (unidades)	194	193	202	204	210	228	229	234
Cooperados (unidades)	243.224	245.884	266.523	293.579	348.000	403.195	406.791	451.500
Colaboradores (unidades)	28.460	30.421	32.693	39.059	45.000	49.000	50.000	51.000
Exportações (milhões US\$)	355,42	633,82	643,87	800,00	1.000,00	700	850	1.100,00
Investimentos (milhões R\$)	-	300	350	450	780	600	790	1.028
Participação no PIB agropecuário do PR	47%	55%	52%	53%	55%	55%	55%	55%

Fonte: Ocepar/Getec.



VAI ENERGIA AI?



saudável por natureza
www.cocamar.com.br

Obrigado



Reconhecimento e homenagem do Sistema Ocepar àquelas 165 famílias que partiram de Kobe no Japão e que no dia 18 de junho de 1908 desembarcaram do navio Kasato Maru no Porto de Santos.

Homens, mulheres e crianças que vieram em busca do sonho de uma vida melhor e adotaram o Brasil como sua Pátria.

Hoje são 1,5 milhão de nikkeis (descendentes de japoneses que nasceram fora do Japão) considerada a maior comunidade nipônica fora do Japão.